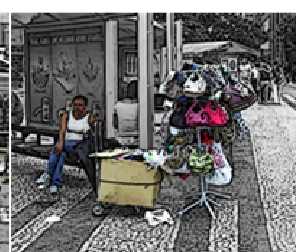


Letícia Tabachi Silva

Acontecimento Urbano

os escapes na cidade

Salvador
2007



Letícia Tabachi Silva

Acontecimento Urbano

os escapes na cidade

Dissertação apresentada como exigência parcial para obtenção do título de MESTRE em Arquitetura e Urbanismo. Universidade Federal da Bahia, Programa de Pós-graduação em Arquitetura e Urbanismo, área de concentração Urbanismo.

Orientadora: Prof^ª. Dr^ª. Paola Berenstein Jacques

Co-orientador: Prof. Dr Pasqualino R. Magnavita

Salvador – BA

2007

Acontecimento Urbano os escapes na cidade

Universidade Federal da Bahia
Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo
Área de concentração: Urbanismo
Dissertação apresentada para obtenção do título de Mestre.
Aluna: Letícia Tabachi Silva
Data: Março de 2007.

Banca examinadora:

Prof^a. Dr^a Paola Berenstein Jacques – FAUFBA (orientadora)

Prof. Dr. Pasqualino R. Magnavita – FAUFBA (co-orientador)

Prof. Dr. José Guilherme C. Magnani – FFLCH USP (convidado)

Prof^a. Dr^a Anete R. C. de Araújo – FAUFBA (convidada)

AGRADECIMENTOS

Eta! Trabalho difícil e demorado! Mas graças aos vários braços e pernas que me rodeiam eu consegui. E, se por acaso o resultado não for merecedor de um troféu da academia, tenho a certeza absoluta que a trajetória foi extremamente enriquecedora. Mesmo sendo piegas, quero deixar registrado que para produzir esse trabalho tive o apoio de algumas pessoas, as quais estiveram ao meu lado do começo ao fim: Em especial aos meus pais, que mesmo sabendo das dificuldades da distância não hesitaram em me apoiar.

Às minhas irmãs, por sempre me incentivarem e por poder contar com a ajuda de vocês. Jô, suas orientações foram fundamentais. Dani e Andréa, obrigada pelo patrocínio e o carinho.

Ao Léo, um grande companheiro, por compartilhar de todas as etapas desse processo e dividir comigo as angústias e alegrias. Sem dúvida você foi uma peça fundamental.

Nara, você sabe bem o quanto foi difícil. Sem o seu apoio acho que não teria conseguido.

Silvio e Grasi, no final acabou sobrando pra vocês também, obrigada por atender aos meus pedidos desesperados.

César, Silvana e Dôra, meus caros baianos, obrigada pelo carinho e a amizade iniciada nas terras soteropolitanas.

Paola e Pasqualino, obrigada por me conduzirem nesta jornada. Magnani, obrigada por contar contigo também. O encontro com a antropologia foi essencial.

Enfim, cada um de vocês deixou sua marca nessa minha trajetória.

Muito obrigada a todos!

RESUMO

Essa pesquisa tem como tema os Acontecimentos Urbanos que ocorrem através de escapes. O seu objetivo é discutir sobre a produção atual de territórios na cidade, buscando observar os modos com os quais o próprio indivíduo se apropria dos espaços, como ele inverte, troca, transforma e adjetiva os espaços planejados.

Para explicar o conceito de Acontecimento utilizo como referencial teórico o pensamento de Gilles Deleuze e Michel Foucault. Dessa forma, o termo Acontecimento Urbano é abordado como as apropriações que ocorrem no espaço público de modo inesperado. E escapes, são as frestas encontradas pelos usuários da cidade para a manifestação de uma subjetividade singular.

O trabalho pretende chamar atenção para outras formas de apropriação do espaço, colocando em questão a produção do espaço urbano engendrada pelo planejamento oficial das cidades.

Palavras-chave: Acontecimento Urbano, Espaço Público, Escapes.

ABSTRACT

This manuscript refers to the urban events which occur through the escapes. The main goal is to discuss about the current formation of urban spaces, examining how the people appropriate, invert, transform and characterize the projected places of their city.

The concept of “event” is here based on the studies of Deleuze and Foucault. Accordingly, the term “urban event” is used to describe unexpected appropriations of the public space on the city. In addition, I explain “escapes” as gaps found by the user of the city to manifest a singular subjectivity.

Finally, this study purposes to attract attention to that distinct way of appropriation, questioning the current notion of public space created by official planning of the cities.

Key-words: Urban Event, Public Space, Escapes.

SUMÁRIO

I. INTRODUÇÃO	6
II. O QUE É ACONTECIMENTO?	13
Por que falar de acontecimento?	14
II.a. Acontecimento em Deleuze	15
II.b. Acontecimento em Foucault	17
III. DO ESCAPE AO ACONTECIMENTO	20
III.a. Acontecimento Urbano	20
III.b. Escape	34
IV. O QUE ACONTECE NA AVENIDA	37
IV.a. Nas Avenidas de São Paulo	42
IV.b. Avenida Paulista	51
IV.c. Rua 25 de MARÇO	58
IV.d. Avenida Luis Carlos Berrini	63
V. O QUE ESCAPA AO PLANEJAMENTO	67
V.a. Planejar e Acontecer. O que Realmente Acontece?	69
VI. CONSIDERAÇÕES FINAIS	78
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	83
Material da WEB	85
Índice de Figuras	86

I. INTRODUÇÃO

O tema dessa pesquisa é Acontecimento Urbano. Mas o que é acontecimento urbano? Esse conceito foi definido por mim ao longo do processo de pesquisa. Desde o início do mestrado, eu pretendia trabalhar com as apropriações do espaço público que aconteciam de forma inesperada, porém, no decorrer do trabalho foi necessária uma melhor definição dessas apropriações, ou seja, quais tipos eu realmente considerava relevante analisar. Meu interesse estava nas apropriações do espaço público que não são contempladas pelo planejamento urbano e que acontecem de forma efêmera, não se fixando no espaço por mais de um dia. São aquelas que podem acontecer cada dia em um lugar diferente, ou até em um mesmo lugar, porém, vão e voltam, transitam pela cidade e tentam sempre escapar das tentativas de proibição ou de controle que lhe são impostas. São como nômades que vão de um ponto a outro por consequência e necessidade dos fatos, alternando pontos durante o trajeto.

Acontecimento Urbano, portanto, é quando o espaço urbano é apropriado de forma efêmera, fora dos moldes convencionais pré-estabelecidos pelo planejamento urbano. E essa apropriação acontece através do que chamo de Escape, ou seja, para acontecer é preciso encontrar uma fresta, uma fissura em meio às formas de controle da cidade, um meio de ultrapassar os limites de apropriação estabelecidos.

Esse tema permite discutir, no campo da arquitetura e do urbanismo, a importância de se atentar para uma outra lógica de produção de cidades. Lógica esta que não seja impositiva e coibidora de manifestações subjetivas e de espacialização de desejos. Além disso, pode ressaltar a importância de se ultrapassar as questões puramente estruturais e funcionais do ambiente urbano e nos fazer rever as formas de se pensar a cidade. E isso pode ser possível se buscarmos outros caminhos através da observação dos modos pelos quais o próprio indivíduo se apropria dos espaços da cidade. Pretendo mostrar, dessa forma, que existe a necessidade de reinventar e de infringir as regras ditadas também pela arquitetura e pelo urbanismo, uma vez que existe uma população sem lugar, ou que ficou em um lugar não

desejado, sendo levada a readequar o território às suas necessidades e atrever-se a singularizar.

A realidade das nossas cidades nos mostra que os espaços privilegiados acabam se tornando, na maioria das vezes, espaços excludentes. Os que possuem maior poder aquisitivo têm direito aos locais com maior infra-estrutura, e aqueles menos favorecidos financeiramente acabam sendo levados a procurar espaços mais distantes do centro e sem infra-estrutura, ou seja, os “melhores” espaços são privilégio de poucos. Nesse sentido a cidade torna-se palco de exclusão social, e inicia-se a disputa pelos espaços, seja para moradia ou para o trabalho.

Diante desta situação percebe-se a incapacidade do urbanismo de tratar sozinho de todos os problemas que envolvem o meio urbano. Falar da necessidade do trabalho interdisciplinar em relação às questões urbanas, já não parece um caso a ser discutido. A cidade envolve questões complexas que permeiam o campo da sociologia, da economia, do direito, da antropologia, da ecologia, de diversas outras áreas de conhecimento, não podendo seu estudo ser de responsabilidade exclusiva de urbanistas. A questão pode estar muito mais além da atribuição e divisão das atividades no ato de intervir nas questões urbanas, talvez, mais do que planejamento, estejamos precisando de sensibilidade para ver aquilo que não nos é explícito ou colocado gratuitamente, perceber nos interstícios da cidade o que realmente está acontecendo com os espaços urbanos e entender o modo como as pessoas habitam e se apropriam da cidade, como elas invertem, trocam, transformam e adjetivam os espaços planejados, o entre e os espaços vazios.

Proponho uma aproximação dessa outra forma de produção de espaços que vem se conformando na contemporaneidade, forma esta, construída pela necessidade de reinvenção contínua do território pelos seus habitantes, em que os cenários da cidade se transformam a cada novo desejo que precisa ser espacializado, a cada ordem que precisa ser subvertida e onde a concretude arquitetônica parece ser substituída, em parte, pela efemeridade de algumas apropriações.

As apropriações urbanas têm se manifestado de forma cada vez mais efêmeras, nos mostrando que o tempo precisa ser incorporado de outra forma no pensamento da construção dos espaços. Pensar em uma arquitetura fluida, que não engessa o

espaço no tempo, é uma questão contemporânea que precisa ser considerada. “Quando a temporalidade não tem forma, não se deixa mais espacializar, a arquitetura não chega mais a criar com o tempo, porque ela só sabe se reconhecer através de formas sólidas e estáveis”.¹

Talvez, o que precisamos é levar em consideração a atual dinâmica das cidades e das pessoas que nela habitam, situar a arquitetura e o urbanismo com o tempo em que vivemos, com a velocidade dos acontecimentos, com as novas relações afetivas, com os novos desejos e necessidades humanas. E tentar propor espaços urbanos mais humanizados, que procurem interagir com seus habitantes e que não sejam ditadores de regras e normas a serem seguidas, que sejam mais flexíveis e tenham o comprometimento do habitante na sua conformação.

Para tanto, proponho a observação dos acontecimentos urbanos como alternativa para um certo entendimento dessa relação entre espaço público e seus agentes cotidianos (habitantes, trabalhadores e transeuntes). E utilizo como referencial teórico o pensamento de Gilles Deleuze e Michel Foucault. A escolha desses autores está diretamente relacionada com o fato de eles trabalharem com a noção de acontecimento e de poder, visto que os acontecimentos urbanos estudados nesse trabalho estão ligados às relações de poder que ocorrem no espaço urbano. Utilizo esses autores para tentar realizar uma outra leitura sobre a cidade, à procura de enxergar além das imagens, além do edificado, e principalmente além das coisas que a princípio nos parecem gratuitas. Talvez, estejamos acostumados a perceber apenas a impressão imediata e fácil daquilo que acontece ao nosso redor, e acabamos por deixar de ver o que realmente acontece para além do que nos é dado como imediato. O que eles apontam como sendo acontecimento, pode ajudar a perceber as dinâmicas que envolvem as cidades e para entender essas dinâmicas, talvez, seja preciso evitar a análise separada de objetos ou corpos e partir para uma análise conjunta. Assim, atentar para os acontecimentos pode ser importante porque segundo esses autores, eles são engendrados a partir da mistura das coisas.

Deleuze² refere-se a acontecimento como o devir-ilimitado que se torna o próprio acontecimento, ideal e incorpóreo, com todas as reviravoltas que lhe são próprias,

1 JACQUES, 2001, p. 49

2 DELEUZE, 1974, p. 9.

sendo o acontecimento infinitamente divisível. Ele juntamente com Felix Guattari trabalha com outros dois conceitos que utilizo com frequência no decorrer do texto, o de *máquina de guerra* e *aparelho de captura*. A *máquina de guerra* é exterior ao *aparelho de Estado* e goza de uma ampla autonomia em relação a ele. Ela pode ser formada tanto por grandes organizações comerciais ou industriais, ou formações religiosas, como também por bandos que são minorias que ficam às margens e formam mecanismo para afirmar os direitos de sociedade contra os órgãos de poder do *aparelho de Estado*. Essas minorias implicam formas a este *aparelho* tanto quanto as grandes organizações, e assim também se apresentam como uma *máquina de guerra*, poliforma e difusa. A *máquina de guerra* constitui-se pelo deslocamento, por trajetos que distribuem indivíduos e coisas num espaço aberto, preservando a possibilidade de surgir em qualquer ponto. O Estado é soberania, e a soberania só reina sobre aquilo que ela é capaz de apropriar-se localmente. Deleuze e Guattari afirmam que o Estado tem como uma de suas tarefas fundamentais estriar o espaço sobre o qual reina, empreendendo sempre que possível, um processo de captura sobre os fluxos e por isso funciona como um *aparelho de captura* que pretende controlar o espaço. Aquilo que o atravessa, ou seja, que escapa ao seu comando, adquire o aspecto de uma *máquina de guerra* dirigida contra ele, desenrolada num espaço liso, sem fronteiras, hostil ou rebelde. Os *aparelhos de captura* são constituídos para se apropriar das máquinas de guerra, e impor trajetos fixos, em direções bem determinadas e com velocidades constantes, para poder capturar os detalhes dos movimentos.

Michel Foucault foi utilizado nesse trabalho de forma secundária, o que fiz foi aproveitar as leituras que ele realiza sobre acontecimento em Deleuze. Foucault entende o acontecimento como a irrupção de uma singularidade única e aguda, no lugar e no momento de sua produção³. Ele diz que por muito tempo havia uma dicotomia clara entre as estruturas (aquilo que é pensável) e o acontecimento (o irracional, o impensável). Segundo ele, existem diversos tipos de acontecimentos com alcances e amplitudes cronológicas diferentes, e com capacidades diferentes de produzir efeitos⁴. Ele coloca que o mais importante, e também mais difícil, é

3 FOUCAULT, 1980, p. 46-51, IN: Cardoso, 1995.

4 FOUCAULT, 1979. p.22.

distinguir esses acontecimentos e diferenciar suas redes, tentando reconstruir a linha que os ligam e que os engendram, um a partir do outro.

Aproveitando essa definição de Foucault, o trabalho se desenvolve a partir da análise das variações espaciais e temporais do acontecimento urbano e da dimensão dos seus efeitos, enxergando-o como uma manifestação subjetiva que reage à ação impositiva da cidade, havendo assim produção do sujeito e produção de cidade, simultaneamente e de forma singular.

Com isso, pretendo trazer para o campo da arquitetura e do urbanismo, um outro pensar sobre a produção de espaços, um pensar sensível que, apesar de ainda encontrar resistência entre aqueles que atuam na esfera urbana, já demonstrou possuir um papel importante nos processos de desenvolvimento das cidades.

Talvez, seja importante pensar como arquitetos e urbanistas podem trabalhar com esses processos subjetivos que ocorrem nas cidades. Como localizar no espaço vivenciado, sua potência enunciatória e sua relação com o homem, que se desdobra num plano complexo, perceptível apenas para “olhos que querem ver” além do enquadramento da tela, olhos com desejo de descoberta, de captura daquilo que não nos é colocados de forma gratuita, com as quais aprendemos a conviver sem questionar.

Como entender o acontecimento urbano? O que podemos concluir dele?

A primeira parte do trabalho mostra, a partir de uma revisão bibliográfica, o conceito de Acontecimento em Deleuze e Foucault desdobrando-se, posteriormente, no conceito de Acontecimento Urbano e Escapes. A partir daí faço a relação desses conceitos com o ambiente urbano e com as relações humanas.

A segunda parte da pesquisa envolve o trabalho de campo, que foi realizado nas ruas da cidade de São Paulo. Essa cidade foi escolhida por ser a maior metrópole brasileira, com grande diversidade cultural e por constituir-se num excelente laboratório para estudar o tema aqui proposto. Esse trabalho de campo iniciou-se com a busca em detectar no espaço público, toda apropriação efêmera que acontecesse em desacordo com planejamento urbano, ou seja, os acontecimentos urbanos. Para tanto, o local escolhido para iniciar a observação deveria ser um lugar

planejado, isto é, caracterizado pelo planejamento urbano, porque dessa forma, o acontecimento urbano apareceria com maior evidência.

Assim, a pesquisa tem como ponto de partida a Avenida Paulista, que foi projetada no fim do século XIX como espaço das elites e posteriormente tornou-se símbolo da cidade de São Paulo. Percorrendo as ruas dessa avenida foi possível detectar como acontecimento urbano algumas apropriações inesperadas: apropriação da rua como casa pelos moradores de rua; apropriação da rua como local de comércio pelos vendedores ambulantes; trânsito de carroças dos catadores de material reciclável em meio ao alto fluxo de automóveis; e também a rua como lugar de manifestações reivindicativas como as passeatas, ou manifestações performáticas como as apresentações teatrais ou as estátuas vivas. Tratam-se, portanto, de apropriações que a princípio parecem muito comuns e corriqueiras no cotidiano da cidade, mas é exatamente esse olhar que pretendo avançar nessa pesquisa. Enxergar essas apropriações não como fatos comuns que precisam ser corrigidos ou proibidos, mas como acontecimentos da cidade que ocorrem devido à necessidade de inserção em um planejamento urbano que se cala diante da desigualdade e heterogeneidade dos que nela vivem.

Estes acontecimentos foram estudados a partir de quatro categorias de análise: 1- Forma de espacialização: essa categoria diz respeito ao modo como o espaço é ocupado, seja com equipamentos, com o próprio corpo ou aproveitando-se de elementos já existentes no espaço (bancos, grades, etc); 2-Variação temporal: definido como o tempo de permanência em um mesmo espaço, podendo ser regular ou variável; 3-Dimensão: entendida como a amplitude do efeito gerado no espaço, podendo gerar pequenos ou grandes impactos no espaço apropriado; 4-Modos de ação: diz respeito à forma de atuação, ou seja, quais as táticas utilizadas para apropriação do espaço.

Para facilitar o estudo, estes acontecimentos foram separados em três grupos e analisados a partir dessas quatro categorias de análise. No primeiro grupo foram incluídos os vendedores ambulantes, que possuem características bastante complexas, com diferentes formas de atuar e por esse motivo mereceram um grupo específico, as passeatas e apresentações artísticas foram enquadradas no segundo

grupo, enquanto os moradores de rua e os catadores de material reciclável ficaram no terceiro.

Fazer um estudo aprofundado sobre todos esses acontecimentos urbanos, no entanto, resultaria num trabalho bastante extenso. Em vista disso, uma maior ênfase foi dada ao grupo dos vendedores ambulantes, sendo que para os demais grupos apenas uma breve abordagem foi realizada.

Além da avenida Paulista, outros dois lugares significativos do ponto de vista da expansão urbana da cidade de São Paulo foram estudados para efeito de comparação: A rua 25 de março e a avenida Engenheiro Luis Carlos Berrini.

Após o estudo desses acontecimentos, tendo sido analisados seus modos de ação, formas de espacialização, variação temporal e dimensão, foi possível compreender um pouco da complexidade que envolve a ação desses grupos. Como mencionado, a intenção dessa dissertação não é tratar especificamente de cada um dos acontecimentos citados, pois isso engendraria um outro estudo com análises mais profundas das questões econômicas, políticas e sociais da cidade como um todo. Não se pode perder o foco de que essa dissertação pretende problematizar os acontecimentos urbanos, e com isso chamar a atenção para as formas com as quais os planos públicos de intervenção na cidade têm sido realizados, como o espaço urbano tem sido planejado e o que se pretende com esse planejamento. Quais são os interesses que estão em jogo e quais atores são privilegiados na esfera pública do espaço das cidades.

Ao final desse trabalho foram analisadas algumas intervenções realizadas pelo *aparelho de Estado*, isto é, quais medidas foram tomadas, se é que foram tomadas, em relação aos acontecimentos citados. A idéia foi analisar como o poder público enxerga esses acontecimentos, e como vem tratando-os ou pretende tratá-los. Realizei, portanto, um levantamento das intervenções realizadas e das intervenções propostas durante o período da pesquisa, feito através da coleta de dados divulgados, tanto em jornais, quanto em leis ou ementas deliberadas. A partir daí foi possível fazer uma comparação entre o que acontece na cidade e o que é planejado para a cidade.

II. O QUE É ACONTECIMENTO?

ACONTECIMENTO

“Então não se perguntará qual o sentido de um acontecimento: o acontecimento é o próprio sentido. O acontecimento pertence essencialmente à linguagem, mantém uma relação essencial com a linguagem; mas a linguagem é o que se diz das coisas (...) Em todo acontecimento, há de fato o momento presente da efetuação, aquele em que o acontecimento se encarna em um estado de coisas, um indivíduo, uma pessoa, aquele que é designado quando se diz: pronto, chegou a hora; e o futuro e o passado do acontecimento só são julgados em função desse presente definitivo, do ponto de vista daquele que o encarna. Mas há, por outro lado, o futuro e o passado do acontecimento tomado em si mesmo, que esquiva todo presente porque está livre das limitações de um estado de coisas, sendo impessoal e pré-individual, neutro, nem geral nem particular, *eventum tantum*...; ou antes que não tem outro presente senão o do instante móvel que o representa, sempre desdobrado em passado-futuro, formando o que convém chamar de contra-efetuação. Em um dos casos, é minha vida que me parece frágil demais para mim, que escapa num ponto tornado presente numa relação determinável comigo. No outro caso, sou eu que sou fraco demais para a vida, a vida é grande demais para mim, lançado por toda a parte suas singularidades, sem relação comigo nem com um momento determinável como presente, salvo com o instante impessoal que se desdobra em ainda-futuro e já passado.”(DELEUZE*, *Lógica do Sentido*, 1969: 34 -177)

*Apud: ZOURABICHVILI, 2004.

Por que falar de acontecimento?

O que provoca mudança de comportamento, vai além do esperado, contraria padrões, rompe, provoca efeitos, ações e reações, situando-se sempre no presente, parece a princípio um instigante objeto de pesquisa. E percorrer os seus mistérios pode se tornar um caminho prazeroso, desde que ao analisá-lo não se tente prendê-lo a normativas de pesquisas que limitem seu entendimento ao campo das estruturas. E por esse motivo, para explicar o que vem a ser os acontecimentos urbanos, utilizo como referencial teórico o pensamento de Gilles Deleuze e Michel Foucault.

Como veremos a seguir, para esses autores o acontecimento possui sentido próprio, ele é ao mesmo tempo a causa e o efeito, ele não dá sentido as coisas, ele é o próprio sentido. E na tentativa de observar o acontecimento, pode-se perceber o que ocorre para além das imagens gratuitas e, dessa forma, escapar de interpretações tendenciosas. Porque o acontecimento é dado pelas mistura dos corpos, e o que nos interessa como resultado dessas misturas não é apenas a sua imagem, mas sobretudo o seu sentido.

O acontecimento é aquilo que escapa e contraria padrões, não se preocupando com o lugar onde ele se situa, e muito menos em saber desde quando ele existe⁵. Em cada acontecimento existem multiplicidades de elementos que são heterogêneos e simultâneos. Portanto, responder o que é o acontecimento não me parece uma tarefa muito simples, mas na tentativa de obter uma resposta mais clara e objetiva, eu diria que o acontecimento é aquilo que não se pode prever, não possibilitando determinar seu início ou seu fim, ele é o sentido daquilo que rompe e escapa pelas fissuras. Ele escapa não para fugir, mas sim para afirmar sua existência, porque escapar não significa fuga e sim afirmação.

5 DELEUZE e GUATTARI, 2001, p.203.

II.a. Acontecimento em Deleuze

Deleuze desenvolve a idéia de acontecimento principalmente em seu livro *Lógica do Sentido* (1969), editado no Brasil pela primeira vez em 1974. Nesse livro Deleuze questiona a teoria do sentido, utilizando para tanto a obra de Lewis Carroll – um escritor e matemático britânico que “brinca” com os sentidos utilizando paradoxos, como na sua obra mais famosa “*As Aventuras de Alice no País das Maravilhas*” (1845) –, e o pensamento Estóico (300 a.C a 200 d.C) – iniciador de uma nova imagem do filósofo, em ruptura com os pré-socráticos, o socratismo e o platonismo, e portanto também ligado à constituição paradoxal da teoria dos sentidos.

Desta forma, Deleuze chega através do caminho do “não-sentido” a uma lógica do sentido, e vincula o acontecimento ao sentido. Segundo ele, os estóicos diziam que havia duas séries distintas: a dos seres (dos corpos) e a dos acontecimentos (dos incorpos), sendo esta última a dos efeitos e dos resultados. O que eles fazem é distinguir radicalmente dois planos de ser: de um lado o ser profundo real, a força; do outro, o plano dos fatos, que se produzem na superfície do ser. Para Deleuze o acontecimento é um evento mágico que vem da “mistura dos corpos” e lhes atribui sentido. O acontecimento é incorpóreo, mas ele dá sentido à mistura dos corpos. Desta maneira, o sentido forma-se a partir dos acontecimentos, o que não significa que o acontecimento tenha sentido, ele é o sentido. Deleuze esclarece com o seguinte exemplo:

“O que há nos corpos, na profundidade dos corpos, são misturas: um corpo penetra outro e coexiste com ele em todas as suas partes, como a gota de vinho no mar ou o fogo no ferro. (...) As misturas em geral determinam estados de coisas quantitativos e qualitativos: as dimensões de um conjunto ou o vermelho do ferro, o verde de uma árvore. Mas o que queremos dizer por “crescer”, “diminuir”, “avermelhar”, “verdejar”, “cortar”, “ser cortado” etc, é de uma outra natureza: não mais estados de coisas ou misturas no fundo dos corpos, mas acontecimentos incorpóreos na superfície, que resultam de misturas.” (DELEUZE, 1974: 6 - 7)

Deleuze pensa o acontecimento, inteiramente independente de qualquer aspecto redutor, seja ele físico, lógico ou psicológico. O acontecimento não se reduz a nenhuma coisa, indivíduo ou pessoa, antes os envolvem. Mostrando que, o nosso contato com o mundo, dando-se através da superfície das coisas, nos faria apreender além das coisas e suas imagens os acontecimentos que as envolvem. Refere-se a acontecimento como o devir-ilimitado que se torna

“o próprio acontecimento, ideal, incorporeal, com todas as reviravoltas que lhe são próprias, do futuro e do passado, o mais e o menos, o muito e o pouco, o demasiado e o insuficiente ainda, o já e o não: pois o acontecimento, infinitamente divisível, é sempre os dois ao mesmo tempo, eternamente o que acaba de se passar e o que vai se passar, mas nunca passa. O ativo e o passivo: pois o acontecimento, sendo impassível, troca-os tanto melhor quando não é nem um nem outro, mas seu resultado comum. A causa e o efeito: pois os acontecimentos, não sendo nunca nada mais que efeitos, podem tanto melhor uns com os outros entrar em funções de quase-causas ou de relações de quase-causalidade sempre reversíveis.” (Ibid, p. 9)

O acontecimento ideal para ele é uma singularidade, ou um conjunto de singularidades, de pontos singulares que caracterizam uma curva matemática, um estado de coisas físico, uma pessoa psicológica e moral. São pontos de retrocesso, de inflexão, etc; desfiladeiros, nós, núcleos, centros; pontos de fusão, de condensação, de ebulição, etc; pontos de choro e de alegria, de doença e de saúde, de esperança e de angústia, pontos sensíveis⁶.

6 DELEUZE, 1974, p. 55

II.b. Acontecimento em Foucault

Em seu livro “Nietzsche, Freud e Marx: Theatrum Philosophicum” (1975), Michel Foucault fala de acontecimento a partir de duas obras de Deleuze, as quais ele considera com as suas duas maiores: Diferença e Repetição (1968) e Lógica do Sentido (1969). Segundo ele “essas obras vão girar por muito tempo por cima de nossas cabeças em ressonância enigmática e talvez um dia o século seja deleuziano”. Na análise de Foucault - publicada quase dez anos após os livros de Deleuze -, o conceito de acontecimento torna-se mais claro e mais facilmente entendido. Para ele, o acontecimento é sempre efeito produzido por corpos que se misturam ou se separam; porém esse efeito não pertence nunca à ordem dos corpos, pois é inacessível. A física diz respeito às causas, e os acontecimentos que são seus efeitos, já não lhe pertencem⁷. “Morrer” sucede como acontecimento a alguém (um corpo), visto que alguém ou algo morre; mas é incorporeal porque morrer é o que acontece e se diz desse corpo - a superfície metafísica, inacessível.

Foucault entende o acontecimento como a irrupção de uma singularidade única e aguda, no lugar e no momento de sua produção. Na coletânea Microfísica do Poder (1979) ele diz que o estruturalismo procurou eliminar o conceito de acontecimento, e que não se pode fazer com o acontecimento o mesmo que se fez com as estruturas: colocar tudo num plano sem considerar todo o escalonamento de tipos de acontecimentos, porque os acontecimentos têm alcances, amplitudes cronológicas e capacidades diferentes de produzir efeitos.

“O problema é ao mesmo tempo distinguir os acontecimentos, diferenciar as redes e os níveis a que pertencem e reconstituir os fios que os ligam e que fazem com que se engendrem, uns a partir dos outros. Daí a recusa das análises que se referem ao campo simbólico ou ao campo das estruturas significantes, e o recurso às análises que se fazem em termos de genealogia das relações de força, de desenvolvimentos estratégicos e de táticas. Creio que aquilo que se deve ter como referência não é o grande modelo da língua e dos signos, mas sim da guerra e da batalha”. (FOUCAULT, 1979: 5)

7 FOUCAULT, 1987. p. 55

Ele acredita que a história que nos domina e nos determina é dada pelas relações bélicas, e ela deve ser analisada e detalhada pela inteligibilidade das lutas, das estratégias e táticas. É a relação de poder que domina e não a relação de sentido.

Irene Cardoso⁸ em seu artigo “Foucault e a noção de acontecimento”, vai tentar caracterizar a noção de atualidade e a noção de acontecimento a partir da questão trabalhada por Foucault sobre “o que é a nossa atualidade?”, visto que para ele, interrogar a atualidade é questioná-la enquanto acontecimento na forma de uma problematização. Diferenciando a atualidade do presente, é o acontecimento que constrói a interrogação sobre o que somos, na perspectiva dos “limites contemporâneos do necessário, isto é, para aquilo que não é, ou já não é, indispensável para a constituição de nós mesmos, como sujeitos autônomos”: a problematização. A problematização da atualidade como acontecimento constitui-se num certo movimento do pensamento e da crítica, que desatualiza o hoje, o presente, fazendo da atualidade uma “borda do tempo que envolve nosso presente, que o domina e que o indica em sua alteridade”.⁹

Cardoso mostra que o “sentido-acontecimento” para Foucault poderia ser simultaneamente definido como o infinitivo acontecer da liberdade – “indefinido trabalho da liberdade” – e a “ponta deslocada do presente” – o “buscar dar novos ímpetos” ou o “relançar-se” da crítica no sentido de uma “apropriação” da liberdade enquanto possibilidade de “pensar e atuar diferente” do que pensamos e atuamos: uma reflexão sobre os “limites” de nossa finitude histórica. Ela conclui que:

“Nessa linha de reflexão – sobre a problematização como acontecimento – talvez se possa indicar que aqui problematização seja um modo de apropriação do acontecimento pelo pensamento, através de um questionamento da atualidade. A problematização constitui-se numa abertura do pensamento diante da abertura do acontecimento.” (CARDOSO, 1995:4)

8 Tempo Social; Rev. Sociol. USP, 7(1-2): 53-66, out./1995.

9 FOUCAULT, 1972, p. 162-163. Apud Cardoso, 1995.

Ou seja, problematizar o conceito de acontecimento significa atualizá-lo em estado de coisas e corpos. Uma apropriação desse conceito para uma situação atual e real. Entendendo o acontecimento “não como uma decisão, um tratado, um reino, ou uma batalha, mas uma relação de forças que se inverte (...)”.¹⁰ E é a partir da atualização do conceito de acontecimento que se desenvolve a próxima etapa desse trabalho, onde eu defino partindo de situações reais, dois outros conceitos que daqui a diante vão nortear todo o trabalho. São eles: Acontecimento Urbano e Escapes.

10 FOUCAULT, 1979, p. 28.

III. DO ESCAPE AO ACONTECIMENTO

III.a. Acontecimento Urbano

Utilizando o pensamento de Deleuze e Guattari podemos concluir que, a cidade é lugar de produção de subjetividade, e por esse motivo não podemos analisá-la como uma estrutura rígida, mas sim em constante transformação. A cidade como lugar do movimento e não da fixação, tentando entendê-la não apenas pela sua estrutura física, mas sim pelos processos de transformação que nela ocorrem.

Felix Guattari¹¹ conceitua as cidades como “máquinas enunciantes”, afirmando que se tratam de “máquinas de sentido e de sensação”, que podem tanto trabalhar no sentido de um esmagamento uniformizador quanto no de uma re-singularização liberadora da subjetividade individual e coletiva. Por isso ele atribui grande importância aos processos de produção de subjetividade¹², sabendo que as mutações subjetivas são importantes para as mudanças no mundo. Guattari localiza a produção de subjetividade em instâncias individuais, coletivas e institucionais, portanto é preciso ressaltar que os espaços produzem uma subjetividade parcial, que em conjunto com outros agenciamentos de enunciação¹³ vão produzir a subjetividade como um todo.

Para ele o modo pelo qual os indivíduos vivem sua subjetividade oscila em dois extremos:

11 GUATTARI, 1992, p. 158.

12 “Considerar a subjetividade sob o ângulo da sua produção não implica absolutamente, voltar aos sistemas tradicionais de determinação do tipo infraestrutura material – superestrutura ideológica. Os diferentes registros semióticos que ocorrem para o engendramento da subjetividade não mantêm relações hierárquicas obrigatórias, fixadas definitivamente”. (Id., p. 11)

13 Agenciamentos de enunciação são essas conexões ou arranjos concretos de elementos heterogêneos (linguagem, de poder, formas sociais, etc.) que se inscrevem e se estabilizam num meio, mas que mergulham numa zona incerta que os pode desestabilizar. (Janice Caiafa, 2000, p. 62.)

“uma relação de alienação e opressão, na qual o indivíduo se submete à subjetividade tal como a recebe, ou uma relação de expressão e de criação, na qual o indivíduo se reapropria dos componentes da subjetividade, produzindo um processo de singularização.” (GUATTARI e ROLNIK, 1986: 33)

Os processos de singularização são o modo de recusar e reagir às formas de manipulação.

“O obstáculo nunca é absoluto, nunca veda sem fresta. Porque os processos sempre incluem as vias de guinada, têm sempre no horizonte o começo de uma outra coisa. É a idéia de “pontas de desterritorialização” que aparece na descrição de Deleuze e Guattari.” (CAIAFA, 2000: 61-62.)

Se a cidade é lugar de produção de subjetividade, ela é também lugar de acontecimentos urbanos, porque, como veremos a seguir, os acontecimentos urbanos são também uma reação à cidade projetada de forma impositiva e sem o reconhecimento das diferenças, e por serem engendrados pela própria atitude do habitante urbano e repercutirem nesses mesmos habitantes e na cidade, é possível considerá-los como um agenciamento de enunciação que ajuda a produzir subjetividade.

Sendo assim, o Acontecimento Urbano é definido a partir da minha interpretação e atualização dos conceitos de Acontecimento colocados pelos autores Deleuze e Foucault e também da minha definição de escape. Desta forma, defino Acontecimento Urbano como as manifestações e/ou apropriações singulares e efêmeras que ocorrem no espaço público de modo inesperado e que surgem através de escapes. Essas apropriações estão à margem do planejamento urbano, caracterizando-se como transgressões urbanas que surgem com a finalidade de afirmar a existência de uma situação precária e que pretendem resistir diante das adversidades que lhes são impostas. Funcionam como verdadeiras *máquinas de*

guerra, não se deixam apropriar pelo *aparelho de Estado*, e se isso ocorrer é de forma secundária, na maioria das vezes escapam ao Estado ou arquitetam contra ele. Porém, esses dois elementos coexistem e concorrem num mesmo campo, que é a cidade.

Os acontecimentos urbanos são como apropriações imprevisíveis que acontecem em lugares ordenados pelas técnicas organizativas do *aparelho de Estado*. São movimentos livres de estratificações utilizando-se de elementos pré-existentes do terreno. E, embora carreguem consigo algumas normas subjetivamente adquiridas, e até mesmo se apropriem de alguns modos já instituídos no lugar, elas permanecem heterogêneas ao espaço onde se inserem porque, gradativamente, transgridem as regras e as normas locais e, dificilmente, chegam a se fixar definitivamente.

Os acontecimentos urbanos, muitas vezes, aparecem como uma improvisação, de caráter temporário e em alguns casos tornam-se definitivos, consolidam-se e se inserem no cotidiano das cidades, mas não perdem sua efemeridade, nunca ficam mais de um dia fixados em um local. Podem se transformar a qualquer momento, não tendo nenhuma responsabilidade de se fixar, muito pelo contrário, são versáteis e, na maioria das vezes, não congelam no tempo e se adaptam a cada nova necessidade ou desejo que seja externalizado. Quando falo de desejo, refiro-me também ao desejo de reação à lógica imposta pela dinâmica da economia urbana, que acaba por determinar, para alguns, uma situação de “improviso” enquanto forma de sobrevivência.

Esses acontecimentos podem ser exemplificados através da observação das apropriações do espaço público, como por exemplo: a apropriação do espaço público como área de comércio pelos vendedores ambulantes; como casa pelos sem-teto; como área de festas e encontros pelos bares que, muitas vezes, ampliam sua área privativa e apropriam-se de calçadas e ruas. Este mesmo comportamento pode ser observado entre vendedores de churrasquinho, cachorro-quente, pastel, e frutas, que transitam pela cidade e muitas vezes se estabelecem em determinados pontos, em um determinado momento ou com uma frequência constante, tornando aquele espaço um ponto de encontro inimaginável. Além desses, os artistas que atuam nas ruas, em praças ou em frente a semáforos também merecem destaque, assim como manifestações reivindicativas como as passeatas que alteram a rotina

das cidades. Ou ainda, os catadores de material reciclável que transitam por toda a cidade puxando seus “carrinhos” entre os carros e ônibus.

Os acontecimentos urbanos, assim como Foucault fala sobre os acontecimentos, têm forma de espacialização, amplitude cronológica e capacidade de produzir efeitos diferentes. Para estudá-los, portanto, foram eleitas quatro categorias de análises:

1- Forma de espacialização: esse item pretende observar as formas como os acontecimentos se inserem e se adéquam ao espaço que se apropriam. O acontecimento pode se espacializar através do próprio corpo do agente, ou de outros elementos criados ou adaptados conforme o acontecimento. Ex: Homem-propaganda (Fig.1), sem-teto e artistas de rua se espacializam pelo próprio corpo, ou seja, não necessitam de um suporte externo para acontecer. Vendedores ambulantes e catadores de material reciclável utilizam outros suportes espaciais como bancas, barracas e carrinhos, ou se utilizam de elementos já existentes no lugar como grades, bancos, muros (Fig. 2).



Fig. 1 Homem-propaganda. Utilização do próprio corpo.
Av. Paulista -SP



Fig. 2 Vendedor de roupas, utilização de grades do muro.
Av. Paulista -SP

2- Variação temporal: Pretende-se aqui analisar a temporalidade do acontecimento no espaço, ou seja, qual o tempo de permanência em um determinado local. Dessa forma, podem ser considerados como regular ou variável. Os regulares são aqueles onde o acontecimento age na cidade por um tempo maior, eles surgem através do escape, mas por algum motivo assumem frequência constante no espaço. Por exemplo, o ambulante que a partir de um escape vai atuar em uma dada esquina, mas se o escape permitir ele pode assumir uma frequência constante nessa

esquina. Os com tempo de permanência variável aparecem e desaparecem do espaço com maior velocidade, sua frequência é zero. Ex: um artista que cada dia atua em um espaço diferente, possui tempo de permanência variável. Mas um ambulante que todos os dias monta e desmonta seu equipamento para vender suas mercadorias em um mesmo lugar e no mesmo horário, possui tempo de permanência regular.

3- Dimensão: A dimensão de um acontecimento é medida a partir da sua capacidade de produzir efeitos no seu entorno, e não a partir do tamanho que ocupa no espaço. Os acontecimentos urbanos, muitas vezes, provocam o espaço ao seu redor, seja pela alteração do fluxo de pessoas ou automóveis, pela aglomeração de pessoas ou simplesmente pela presença de um corpo estranho àquele espaço, e acaba por gerar um novo espaço singular que é recriado momentaneamente.

Portanto, podem ser considerados como macro ou micro acontecimentos, de acordo com os efeitos produzidos no espaço em que se inserem. O acontecimento macro é aquele que devido a grande capacidade de produzir efeitos, repercute de tal forma que permite que outros acontecimentos menores ocorram a partir dele, além de alterar o cotidiano do seu entorno. Ex: Uma passeata pode gerar o aparecimento de vendedores ambulantes e/ou outras manifestações inesperadas (Fig. 3). O micro acontecimento não necessariamente surge do macro, ele pode ser autônomo, mas tem seu campo de repercussão limitado, interfere menos no seu entorno (Fig. 4).



Fig. 3 Parada GLS –Avenida Paulista.



Fig. 4 Estátua Viva. Praça do Patriarca –SP.

4- Modos de ação: Essa categoria pretende observar as formas utilizadas para escapar e realizar o acontecimento, ou seja, quais são as táticas para acontecer. Aqui se faz necessário uma breve explicação sobre as táticas: a tática joga com o terreno que lhe é imposto, é o movimento dentro do campo de visão do inimigo, no espaço por ele controlado, não tem um lugar senão o do outro. Com a tática se opera golpe por golpe, lance por lance, aproveitando as ocasiões, as falhas do inimigo, é diferente da estratégia¹⁴. Alguns acontecimentos escapam com táticas mais elaboradas, seu agente fica a procura de um escape para se manifestar. Outros simplesmente escapam e acontecem, são mais impensados.

Dentro dos acontecimentos urbanos já citados, foram escolhidos para realizar o estudo de caso os acontecimentos que, do meu ponto de vista, causavam maior impacto no espaço público. Após essa seleção eles foram divididos em três grupos e estudados de acordo com essas categorias de análise:

Grupo A – Foram inseridos nesse grupo os acontecimentos urbanos gerados por atividades comerciais ditas informais que acontecem no espaço público. Nessa situação encontram-se principalmente os vendedores ambulantes, que se apropriam do espaço público de forma efêmera, não tem sua atividade reconhecida pelo



Fig.5- Ambulantes na av.Paulista, esquina com a rua Manoel da Nóbrega.

aparelho de Estado e por isso transgridem as normas instituídas para poder atuar. Em alguns momentos, podem até seguir algumas normas locais, respeitando o limite das calçadas, não ocupando as ruas, não se fixando às portas das lojas, não divulgando seu produto em alto tom de voz, não bloqueando a passagem de

pedestres nos passeios. Gradativamente, entretanto, podem aumentar em número e transgredir todas essas normas (Fig. 5).

¹⁴ Sobre táticas e estratégias ver CERTEAU, 2001, p. 100.

Segundo dados da prefeitura de São Paulo (2006), há cerca de 10 mil a 15 mil vendedores ambulantes apenas nos espaços públicos da região da subprefeitura da Sé, área central da cidade. Destes, apenas 1.244 tinham permissão da prefeitura para atuar no começo de 2003, e em 2006 esse número foi reduzido para 954. Dessa forma, cerca de 90% dos ambulantes trabalham como nômades nas ruas das cidades e tentam, a todo o momento, escapar de fiscalizações que buscam impedir a sua atuação. Por esse motivo esse acontecimento faz do espaço, um espaço de apropriação rizomática, ou seja, ele escapa pelas fissuras das cidades, entre becos, ruas e esquinas, se esquia e se espalha por todos os lados. Na definição de Deleuze e Guattari o processo rizomático de apropriação é aquele que não tem centro, nem periferia e nem saída, porque é potencialmente infinito.

Analizando esse acontecimento urbano dado pela ocupação espacial por vendedores ambulantes segundo as categorias de análise temos:

1- Forma de espacialização: sua forma de espacialização se dá, na maioria das vezes, por meio de suportes físicos móveis ou desmontáveis, podendo acontecer também somente através do próprio corpo. Podem utilizar barracas, carrinhos, lonas, automóveis, entre muitas outras invenções para marcar seu território na rua e realizar seu trabalho, além daqueles que utilizam como suporte elementos já existentes no espaço: gradis, meios-fios, paredes, muros, etc.

Os vendedores que possuem barracas, geralmente possuem permissão da prefeitura para atuar, ao contrário dos demais que, por não possuírem tal permissão,

utilizam suportes móveis ou mais facilmente removíveis como tática. É o caso dos que possuem pequenas banquinhas dobráveis, que na presença de um fiscal são facilmente fechadas e aparentemente transformadas em maletas ou algo parecido, tática esta apelidada pelos ambulantes de “truque do siri” (Fig. 6). Ou daqueles que se utilizando apenas de uma

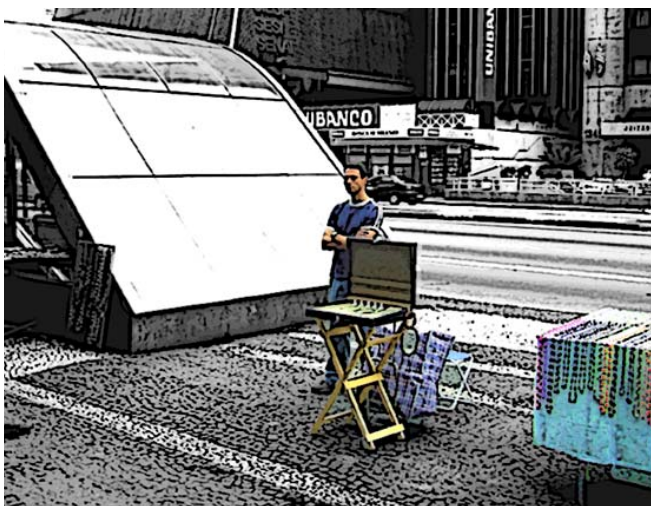


Fig. 6- Utilização de pequenas bancas para vender as mercadorias. Truque do Siri. Metrô Trianon-Masp, av. Paulista.



Fig. 7- Mercadorias expostas sobre lona no chão. Truque do pára-quadras.
Av. Paulista esquina com a rua Pamplona

lona estendida no chão como apoio para as mercadorias, fecham-na sob a forma de um saco e carregam-nas às costas diante de situações de risco, tática esta apelidada de “truque do pára-quadras” (Fig. 7).

2- Variação temporal: a temporalidade pode ser constante ou variável, existindo apropriações

que estabelecem uma determinada frequência num mesmo lugar, outras que atuam de forma nômade, estando cada dia em um lugar diferente. Essa temporalidade está relacionada com o grau de convivência do *aparelho do Estado* em relação à atuação desse grupo. Existem lugares, geralmente os mais disputados pelos ambulantes, que possuem maior fiscalização e, por esse motivo, a tática utilizada é a freqüente mudança de lugar, tornando a apropriação nômade, e assim escapando das tentativas de normatização ou proibição. Alguns ambulantes se fixam em um mesmo local por um longo tempo, se apropriam dele com frequência constante, quase sempre nos mesmos dias e horários, esses geralmente possuem licença para atuar. Em quase todos os casos o tempo de atuação, seja mudando de lugar com frequência ou não, acompanha o horário de funcionamento do comércio local ou mesmo os horários de fluxos do transporte público, mas não ultrapassam a permanência de um dia. Isso significa dizer que alguns acontecimentos podem se adequar a determinados modos instituídos no local, mas nem por isso deixam de ser acontecimentos, porque ocupam o espaço sem fazer dele uma propriedade privada.

3- Dimensão: a presença do vendedor ambulante pode gerar pequenos ou grandes impactos no seu entorno, dependendo da sua forma de atuação. Pode ser macro acontecimentos quando sua atuação provoca aglomeração de pessoas ao seu redor e abala o tráfego de pessoas e automóveis no seu entorno, isso geralmente ocorre quando se inserem em maior número em um mesmo local, como acontece na rua 25 de março (Fig. 8). Já a presença de um único ambulante em uma esquina, por exemplo, pode causar quase nenhum impacto na maioria das ruas das cidades

(Fig.9), salvo se ele for uma exceção no meio onde se inseriu, como por exemplo se for uma rua de alto padrão comercial onde esse tipo de atividade nunca ocorre.



Fig.8- Movimentação na Ladeira São Bento. Rumo à rua 25 de Março. Macro acontecimento



Fig.9- Ambulante próximo ao metrô Trianon-Masp. Av. Paulista. Micro acontecimento

4- Modos de ação: possuem diferentes táticas para atuar, uma delas é procurar atuar em ruas, avenidas ou praças de grande movimento de pessoas e/ou onde já existe um comércio formal atuando, podendo assim usufruir da presença de consumidores. Outra tática é visualizar as demandas, ou seja, atuar onde existe carência de algum tipo de serviço ou produto. Esse fato é claramente percebido na Avenida Berrini, onde muitos ambulantes vendem lanches e doces devido à demanda por alimentos e a pouca oferta desses produtos no comércio formal. Além também das táticas já citadas anteriormente como o truque do siri e do pára-quedas, utilizadas para escapar mais facilmente das apreensões de mercadorias pelos fiscais da prefeitura.

Grupo B – São considerados desse grupo os acontecimentos urbanos gerados por manifestações públicas de caráter reivindicatório ou artístico. Podem ser inseridos aqui os artistas que fazem apresentações e performances nas ruas ou praças, seja apresentando malabarismos para carros parados em semáforos, seja encenado peças teatrais, como por exemplo, o grupo “Tablado de Arruar”. Inserem-se também os pregadores religiosos ou vendedores de produtos milagrosos que contam histórias e formam um círculo de curiosos ao seu redor, as estátuas vivas, e os grupos que fazem passeatas nas ruas em prol de algum movimento ou de alguma reivindicação.



Fig.10- Estátua Viva em frente ao Conjunto Nacional.
Av. Paulista.

Essas apropriações do espaço público podem ser consideradas acontecimentos urbanos porque também se apropriam do espaço público de forma inesperada e efêmera e resistem diante das adversidades afirmando a sua existência. Ruas e semáforos repentinamente tornam-se palcos para espetáculos que podem durar apenas alguns segundos, calçadas planejadas para passagem de pedestres são apropriados por pregadores religiosos e contadores de histórias, e ainda mais ousadas, as passeatas invadem as vias de automóveis transformando-as em palco de reivindicações.

Na capital paulistana, principalmente no centro, é muito comum encontrarmos grupos reunidos ao redor de um vendedor de produtos milagrosos ou daqueles que apresentam algum tipo de magia ou contam histórias. Torna-se quase impossível não parar para saber o que está acontecendo. E na maioria dos casos os protagonistas são migrantes nordestinos que chegaram à cidade com um sonho de conseguir um emprego, mas que acabaram encontrando nas ruas da cidade um meio de sobreviver.

As apresentações de artistas podem ser vistas em vários locais públicos e também são motivo de agrupamento de curiosos e mudam a rotina da cidade, reinventando o cotidiano das pessoas. As estátuas vivas são um exemplo cada vez mais frequente, seja não região do centro ou da avenida Paulista, elas conseguem chamar atenção e provocar o entorno do lugar que se apropriam (Fig. 10).

As passeatas param o trânsito da cidade para mostrar que o povo também tem voz e vontade, e luta para conquistar os seus direitos. A Avenida Paulista é um desses palcos para passeatas, seja qual for o dia ou a hora, ela pode repentinamente deixar de ser uma via de grande fluxo de automóveis para se tornar uma imensa passarela de pessoas com faixas e vozes que não querem calar (Fig. 11). Sem dúvida uma das mais famosas manifestações que ali acontece é a Parada Gay, que segundo

dados da polícia militar reuniu em 2006 aproximadamente 2,5 milhões de pessoas (Fig. 12). Dois dias antes desse acontecimento, ocorre no mesmo local um outro semelhante, pelo menos em volume de pessoas, é a Marcha para Jesus ou a Parada dos Evangélicos que, de acordo com a polícia militar, aglomerou número semelhante de pessoas.



Fig.11- Passeata contra corrupção. Av. Paulista.



Fig.12- Parada GLS. Av. Paulista.

Analisando esses acontecimentos urbanos segundo as categorias de análise temos:

1- Formas de espacialização: nesse grupo o acontecimento se dá apenas pelo próprio corpo. O espaço é apropriado pelo corpo, sem suportes físicos para acontecer. Caso apareça algum elemento externo a ele, este se apresenta de forma secundária. É o próprio corpo falando, se gesticulando, ou até mesmo parado (como no caso das estátuas vivas) que vai se apropriar daquele espaço e gerar o acontecimento urbano. E no caso das passeatas a apropriação se dá por inúmeros corpos reunidos.

2- Variação temporal: a temporalidade desses acontecimentos urbanos é variável. Normalmente, não se repetem regularmente em um mesmo lugar. As apresentações artísticas nas ruas, na maioria das vezes, mudam freqüentemente de lugar em busca de novos espectadores. Já as passeatas são sempre únicas, acontecem em lugares repetidos, como no caso da avenida Paulista que já possui essa tradição, mas o acontecimento em si não se repete. A temporalidade está, portanto, relacionada com a tática de atuação.

3- Dimensão: quanto à dimensão, são considerados, em sua maioria, macro acontecimentos porque podem atingir grandes dimensões e alterar a rotina do seu entorno, procurando quase sempre chamar o máximo de atenção.

4- Modos de ação: utilizam como tática atuar em locais de grande circulação de pessoas ou, como no caso das passeatas, em vias de grande movimento de carros e pedestres.

Grupo C – Nesse grupo estão os acontecimentos urbanos engendrados pela apropriação do espaço público por moradores de rua e por catadores de material reciclável. Segundo estudo realizado pela FIPE-USP (Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas da Universidade de São Paulo), intitulado “Estimativa do número de pessoas em situação de rua da cidade de São Paulo”, em 2003, a cidade contava com cerca de 10.400 pessoas morando nas ruas, tendo sido consideradas também as pessoas presentes nos albergues. Vários são os motivos que podem justificar o fato de essas pessoas viverem nessa situação de rua: o desemprego, o rompimento familiar, a migração mal sucedida, entre muitos outros, geralmente ligados a algum tipo de perda. Também, de acordo com a FIPE, a maior parte dessa população concentra-se no centro da capital e, muitas vezes são tratadas como delinqüentes pela sociedade, visto que a situação em que vivem, propicia a solidão, a perda da própria identidade e a dependência química.

Um pouco diferente dos moradores de rua, os catadores de material reciclável, mais conhecidos como catadores de papelão, possuem como suporte espacial as suas carroças e transitam com elas por toda parte da



Fig.13- Catador de material reciclável. Av. Paulista.

cidade na busca de recolher material a ser reciclado e, chama a atenção, o fato de a maioria deles também morar nas ruas utilizando a sua carroça como abrigo (Fig. 13).

Outro fato que também os diferencia dos moradores de rua é que possuem rotas e percursos determinados devido ao trabalho, não vivem à deriva e, prestam um serviço de grande importância para a cidade. Segundo dados da prefeitura de São Paulo (2005) são produzidos, diariamente, na cidade aproximadamente 15.000 toneladas de lixo das quais 1.300 são recicladas. A coleta seletiva realizada pelo poder público recolhe apenas 70 toneladas e as outras 1.230 toneladas são recolhidas pelos milhares de catadores que atuam em toda a cidade. Esses catadores ganham a vida através desse trabalho, alguns atuam há mais de 50 anos, principalmente na região central. Muitos estão organizados em cooperativas e associações com regime de autogestão. Segundo dados do Instituto Polis, são cerca de 20 mil catadores em toda a cidade de São Paulo, porém pouca importância é dada ao trabalho que realizam, com o qual evitam que resíduos sejam descartados inadequadamente prejudicando o meio ambiente.

Analisando esse grupo segundo as categorias de análise temos:

- 1- Formas de espacialização: os moradores de rua utilizam como suporte espacial alguns elementos já existentes no espaço público, como por exemplo, as marquises, os abrigos de ônibus, os viadutos ou postos de gasolina, para se proteger das intempéries. Os catadores de material reciclável, porém, utilizam-se das carroças onde guardam o material recolhido.
- 2- Variação temporal: tanto o morador de rua quanto os catadores, utilizam um mesmo espaço por um tempo indeterminado, durante o dia circulam em diferentes pontos e à noite alguns procuram os abrigos noturnos oferecidos. E outros possuem pontos na rua, mais ou menos fixos, onde se instalam até que sejam obrigados a se retirar do local pelo poder público ou por iniciativa privada.
- 3- Dimensão: sua atuação, dependendo do local de que se apropria, pode gerar macro ou micro acontecimentos. Em locais onde já é comum a sua atuação normalmente já não causam maiores impactos, apesar de isso não significar que sua presença seja bem aceita pelo entorno. Geralmente os catadores conseguem gerar impactos maiores porque interferem nas vias de trânsito de veículos e por isso podem causar congestionamentos.

4- Modos de ação: dependendo da intenção utilizam táticas diferentes: alguns procuram se estabelecer em lugares que geram grandes impactos, a fim de chamar a atenção para a situação em que se encontram, enquanto outros procuram lugares menos evidentes com o propósito de não chamar a atenção e não serem retirados do local.

Todas esses três grupos têm um ponto em comum: sofrem ameaça do *aparelho de Estado*. Muitos acontecimentos urbanos assumem tamanha dimensão que esse aparelho passa, em alguns casos, a reconhecê-los e legalizá-los numa tentativa de os capturar e os adequar às regras e leis padronizantes. Seria o que Deleuze denomina de *aparelho de captura* do Estado contra as *máquinas de guerra* que operam fora do *aparelho do Estado* e da economia corporativa. “A máquina de guerra é a invenção de uma organização nômade original que se volta contra o Estado¹⁵”. Um exemplo, nesse sentido, são os vendedores ambulantes nas ruas, os quais o Estado tenta “organizar” para os manter sob controle, mas eles estão sempre escapando como podem para acontecer. É a própria normatização do Estado que torna possível e suscita esses acontecimentos que lhe escapam.

“O Estado como aparelho de captura tem uma potência de apropriação; mas justamente, essa potência não consiste somente em que ele capture tudo o que pode, tudo o que é possível (...). Do mesmo modo, as máquinas de guerra tem uma potência de metamorfose, pela qual elas certamente se fazem capturar pelos Estados, mas pela qual também resistem a essa captura e renascem sob outras formas, com outros “objetos” que não a guerra (a revolução?). Cada potência é uma força de desterritorialização que concorre com as outras e contra as outras (mesmo sociedades primitivas têm seus vetores de desterritorialização). Cada processo pode passar sob outras potências, mas também subordinar processos à sua própria potência”. (DELEUZE e GUATTARI, 1977: 129)

15 DELEUZE e GUATTARI, 1997, p.144

O acontecimento urbano, como nos diz Deleuze sobre os acontecimentos, não é nenhum, nem outro ao mesmo tempo, por isso a sua problematização. Ele não é considerado pelo *aparelho de Estado* como atividade formal, e mesmo sendo considerado informal, muitas vezes possui o aval do Estado para acontecer.

III.b. Escape

1. Ação ou efeito de escapar(-se); escapamento, salvação.
2. Saída, fuga, escapadela, escapula, escapulida. (Dicionário eletrônico Aurélio versão 5.0).
3. Do latim *excappare*: sair de situação embaraçosa, livrar-se de um estorvo. (Dicionário eletrônico Houaiss).

A partir das leituras de Deleuze, consegui definir Escape como sendo o modo pelo qual se realiza o acontecimento urbano. Os Escapes seriam as formas encontradas pelos indivíduos da cidade para apropriar-se dela dentro de uma lógica própria e não a que nos é imposta por normas e políticas urbanas que compõe a cidade. Ele é como uma fresta, uma fissura que permite a fuga na primeira oportunidade. Escapar significa fazer fugir, e fazer fugir não significa renunciar às ações, ao contrário fazer fugir é tomar atitude. “Fazer fugir algo, ou fazer fugir um sistema... Fugir é traçar uma linha, linhas, toda uma cartografia¹⁶”.

Escapar é uma das formas de reação da população à cidade limitada, ou seja, à cidade que pode não corresponder à sua demanda, que muitas vezes acaba sendo planejada sem pensar nas diferenças, e que pode frequentemente tentar padronizá-las. Essa reação não consiste em negar ou destruir, mas sim contestar o caráter bem fundado do que é dado como regra. “Um trabalho paciente proveniente de nossa impaciência pela liberdade”.¹⁷ Uma “inquietação” “produz o processo de por à prova a reflexão crítica de práticas concretas”, enquanto uma “atitude limite”, reativa a “herança” de um passado, como aquilo que permanece nos enfrentando como

16 DELEUZE, 1997. IN: Zourabichvili, François 2004, p 57

17 FOUCAULT, 1988, p. 304. Apud Cardoso 1995.

questão, e exige um “trabalho paciente” sobre “nossos limites”, na direção de uma “transgressão possível” – a projeção de um campo de possibilidades¹⁸. O escape permite a astúcia de estar onde ninguém espera, de traçar trajetórias indeterminadas que parecem não ter sentido, porque não são comuns ao espaço construído onde prevalecem as formas pré-fabricadas e a técnica.

Através do escape pode ser possível realizar o desejo de conquista do território. Os desejos produzem um aglomerado de processos que acabam por gerar, em um determinado momento, um “território existencial”.¹⁹ Para Deleuze²⁰ o desejo produz o real, ele não é a representação de um objeto ausente ou faltante, mas uma atividade de produção, uma experimentação incessante, uma montagem experimental. O desejo é máquina, nesse sentido não é a falta, mas o processo, a aprendizagem vagabunda.

Os escapes podem ocorrer através das linhas de fuga de que fala Deleuze, elas são compostas por movimentos que apontam saídas. E esses movimentos alisam o espaço que percorrem, ou seja, o abrem para outras possibilidades ainda não imaginadas. O espaço liso não quer dizer homogêneo, mas sim um espaço amorfo, informal²¹. Ele é também múltiplo e instável e tem como referência o próprio movimento das linhas de fuga, lutando contra a estratificação do território e contra qualquer tentativa que tente torná-lo um espaço estriado. O espaço estriado possui a rígida definição espacial produzida através de estrias que são incrustadas no território a fim de deter todo e qualquer fenômeno que possa escapar do que é dado, do pré-concebido, do planejamento territorial. O espaço estriado é sedentário, homogêneo (espaço dos muros, das cercas e dos caminhos pré-determinados), ao contrário o espaço liso, heterogêneo, é o espaço das multiplicidades não métricas, acentradas, rizomáticas, que ocupam o espaço sem medi-lo.

Dessa forma os escapes através das linhas de fuga conseguem alisar os espaços mesmo em territórios originalmente estriados. Para tanto, bastam movimentos de apropriação que transgridam as estratificações impostas. Deleuze, porém, coloca que “os espaços lisos por si só não são liberadores. Mas é neles que a luta muda, se

18 CARDOSO, 1995, p. 6.

19 ROLNIK, 1989, p 27

20 ZOURABICHVILI, 2004, p 69.

21 DELEUZE e GUATTARI, 1997, p. 182

desloca, e que a vida reconstitui seus desafios, afronta novos obstáculos, inventa novos andamentos, modifica os adversários".²²

De fato esses dois espaços só existem devido às misturas entre si, o liso é constantemente estriado e o estriado é constantemente revertido a um espaço liso e isso só acontece graças a movimentos inteiramente diferentes que acontecem nos espaços. E dessa forma acontecimentos urbanos tangenciam os espaços lisos e estriados da cidade, estão no entre e são a princípio lisos, mas possuem pontas de estriamento, porque esses espaços não são um e outro separadamente, eles se alternam e se confundem com frequência. Alguns acontecimentos urbanos surgem como espaços lisos, mas sofrem pontas de estriamento porque podem ter certo desejo de fixação, tanto que alguns acontecimentos deixam de ser variáveis e passam a se consolidar, mesmo que dentro de uma outra lógica de apropriação. Por isso, possuem pontas de estriamento, mas dificilmente tornam-se espaços estriados. Um exemplo são os vendedores ambulantes que conseguem licença do poder público para poder atuar, eles também produzem o acontecimento urbano, mas muitos acabam por assumir uma temporalidade constante no espaço, e são obrigados a se encaixar em certos padrões, porém, jamais assumem o caráter estriado de fixação com estruturas imutáveis e definidas; são sempre múltiplos, abertos, lisos para outros movimentos, não deixam de buscar escapes que possibilitem novos movimentos.

²² Ibid, p. 214.

IV. O QUE ACONTECE NA AVENIDA

O que acontece nas avenidas e ruas das cidades pode parecer para muitos algo muito comum, corriqueiro, coisas da vida..., que acontecem há muito tempo em muitos lugares: pessoas pedindo esmolas, vendendo objetos, vendendo o próprio corpo, tocando música, lendo o futuro dos outros, puxando carroças em plena era do automóvel... enfim... pessoas vivendo ou sobrevivendo, fazendo o que podem para ganhar um sustento, e que encontram no espaço público um escape para continuar “aparecendo” dentro do sistema político-econômico-social que está sempre os empurrando para a margem dos seus centros. Mas o que seria da vitalidade das cidades sem essas pessoas, sem os acontecimentos urbanos? “Ah! Quanto romantismo... É preciso organizar os espaços públicos, limpar as ruas, evitar badernas e manter o controle, dessa forma é possível atrair grandes investimentos para os grandes centros e revitalizá-los! De volta a elegância!”²³ Esse tipo de fala, por mais que devesse parecer obsoleto, ainda é muito presente nos discursos sobre intervenção em áreas urbanas centrais em todo o mundo.

Esse capítulo pretende expor um pouco essa vivência das ruas, os seus acontecimentos, não como algo romantizado para ser apreciado e mantido, mas enquanto formas de vida que ali atuam, seja por falta de opção em trabalhos formais ou por opção de vida, mesmo que isso possa parecer estranho para alguns. Mostrar que essas formas de apropriação lutam contra o *aparelho de Estado*, são verdadeiras *máquinas de guerra* em busca do seu direito à cidade. Trata-se, portanto, de uma questão muito mais profunda do que a simples discussão entre retirar ou não, proibir ou não, remanejar ou não. São vidas que não estão ali por acaso e que procuram seu espaço dentro das políticas de planejamento urbano compactuadas muito mais com interesses privados de uma minoria, do que com interesses públicos da maioria. São vidas que provocam acontecimentos e acontecimentos que provocam a vida, que chamam a atenção e tentam mostrar o que realmente acontece na avenida.

23 Fala criada pela própria autora para exemplificar um pensamento conservador do ponto de vista dessa pesquisa.

Durante o trabalho de campo, na busca de encontrar o que acontecia nas ruas de forma não “planejada”, ou seja, não oficial, comecei a perceber que muitas apropriações que, inicialmente me eram comuns, às quais eu já havia incorporado de forma natural às características da cidade eram, na verdade, apropriações “informais”, denominação dada pelo poder público. Essas apropriações informais, assim chamadas por ocuparem o espaço público irregularmente, são em parte, o que chamo de acontecimento urbano. Nesse trabalho, porém, o olhar para essas apropriações não parte de nenhum julgamento quanto a sua legalidade. O que interessa aqui é mostrar que existem apropriações que escapam ao que foi planejado, ao que é oficializado como legal, e que de uma forma ou outra conseguem acontecer e se incorporar à cidade.

Como foi dito anteriormente, para que fosse possível um maior aprofundamento sobre o tema “acontecimento urbano”, foi necessário fazer um recorte diante da totalidade do assunto em questão. Por isso, foi escolhido um dos três grupos mostrados no capítulo anterior: o grupo “A”, que será abordado com maior ênfase. Este é o acontecimento urbano mais freqüente e comum nas cidades, e também o mais complexo em termos de estruturação e táticas de atuação, e por isso mesmo vem sofrendo fortes tentativas de controle pelo Estado. Nesse grupo encontram-se os vendedores ambulantes, que atuam em calçadas e ruas de todas as cidades brasileiras, são considerados trabalhadores da economia informal, mas têm seu lugar na cadeia produtiva, atuam no escoamento de produtos de todos os tipos, e embora essa inserção aconteça, ela não é garantia de direitos sociais e trabalhistas básicos e de uma fonte de renda estável. São minorias que se apresentam exteriores ao *aparelho de Estado* e formam uma *máquina de guerra* que busca afirmar seu espaço na cidade. E como o Estado não os consegue capturar, ele então passa a reconhecê-los como uma deformidade, uma delinqüência, colocando-os a margem da legalidade, denominando-os como informais.

Os critérios para definir o que se chama de informal são variados. Segundo a Organização Mundial do Trabalho, o trabalho informal é caracterizado pela produção em baixa escala, pelo baixo nível de organização e pela quase inexistente separação entre capital e trabalho. Segundo essa organização, a maior parte dos trabalhadores está na informalidade devido ao desemprego e a maioria tem como demanda comum a regulamentação da atividade. O IBGE em pesquisa realizada em

2003 definiu como empresas informais todas com no máximo cinco funcionários e com contabilidade empresarial não distinta da familiar, independente de registros regulares de CNPJ e outros documentos. Ou seja, aquilo que não segue os padrões instituídos pelo Estado, que encontra outras formas de organização para se constituir, são chamados de informais, mesmo que consigam subsistir dessa forma.

No Brasil, estima-se que esse setor considerado como informal movimentava cerca de 200 bilhões de reais por ano. Dessa forma, é pouco provável que esse desejo pela regulamentação da atividade seja unânime. Para alguns, como o pesquisador Paul Singer²⁴, essa economia prejudica o Estado que deixa de arrecadar uma quantidade considerável de impostos, perdendo, portanto, receita que contribuiria para o equilíbrio das contas públicas e reverteria em benefícios para os trabalhadores. Segundo ele “Cria-se um quadro de pobre vendendo para pobre”. Outros vêem a informalidade como uma alternativa que dá possibilidade de trabalho para milhões de brasileiros com natureza empreendedora, e isso pode ser o ponto de partida para mudanças sociais. “São milhões de brasileiros que tiram leite de pedra”, segundo Ladislav Dowbor²⁵.

O importante é ressaltar que se trata de uma disputa de poder. No caso do vendedor ambulante, sua atuação tomou uma dimensão que passou a ameaçar as instâncias legais da cidade. Apesar de todas as adversidades que ele encontra para conseguir se apropriar de um espaço, ele consegue concorrer e disputar consumidores com o comércio formal, sem contudo, compartilhar seus lucros com o *aparelho de Estado*. E esse é o verdadeiro motivo que faz com ele que seja considerado como um mal a ser combatido. O Estado utiliza como argumento para o combate aos ambulantes os transtornos que a sua presença causa à cidade, atrapalhando a circulação de pedestres, tornando a cidade feia e desorganizando os espaços. Existem, porém, muitos outros empreendimentos privados que trazem consequências até piores para a cidade e nem por isso deixam de ter o aval do *aparelho de Estado* para acontecer. Um exemplo claro disso é a aprovação de construções de empreendimentos de grande porte em locais já adensados, os quais geram grandes impactos ambientais e também nas vias de circulação, no índice de poluição local, no sombreamento do

24 Professor titular de economia da USP e coordenador da Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares dessa universidade

25 Professor da PUC – São Paulo

entorno, etc. Esse tipo de apropriação do espaço não é impedido porque em muitos casos arrecada grandes quantias para os cofres públicos.

Portanto, na disputa pelo espaço da cidade, quase sempre ganham os que têm maior poder financeiro. E assim o ambulante tenta escapar dessa situação real que lhe é imposta e descobre no espaço público uma via de guinada. “Desenquadrado” do sistema o ambulante descobre nas ruas outras possibilidades de se inserir, com linguagem e regras próprias, em um espaço que ele tem por direito, o espaço público. Além de ser um escape que permite burlar o pagamento de impostos, as leis trabalhistas e todas as regras aos quais estão submetidos o comerciante formal. Uma reação da *máquina de guerra* através da apropriação do espaço para fins diferentes do planejado pelo urbanismo. Trata-se, por isso, de um acontecimento urbano, porque surge de forma inesperada, como uma forma de resistência diante da situação imposta. Pode-se dizer que são vários acontecimentos em conjunto, se misturando e fazendo surgir o acontecimento urbano. E como todo acontecimento, ele acontece sem regras fixas, sem pressupostos, sendo a todo momento reinventado, acontecendo de diversas maneiras: seja com a venda de mercadorias fabricadas em “fundos de quintal” ou feitas artesanalmente, mercadorias refugadas pela indústria, ou através de mercadorias de contrabando.

Nessa atividade a relação comerciante-cliente se dá de forma mais estreita, simples e direta, o que evita atravessadores e permite o menor preço de venda do produto. Dessa forma, essa atividade é legitimada pelas classes de menor renda que, através dos ambulantes, conseguem ter poder de compra e passam a consumir mercadorias menos essenciais, as quais não teriam acesso no mercado formal. Essa classe de menor renda também pode ser considerada uma *máquina de guerra*, porque ela encontra no comércio ambulante um escape para adquirir bens de consumo inicialmente restritos às classes de renda maior.

“Essa forma de comércio atua, como tradutora entre repertórios e universos ideológicos distintos; ela traz, a partir da própria mercadoria veiculada, a informação ideológica do consumo dominante, inacessível a determinada fração da sociedade.” (COSTA, 1987: 28)

Milton Santos (2004) numa tentativa de interpretar a questão socioeconômica, dos países do Terceiro Mundo divide a economia urbana em dois circuitos paralelos e ao mesmo tempo imbricados: o circuito superior e inferior. O circuito inferior é aquele da economia “invisível”, submersa ou paralela, que acontece de forma não oficial, onde se insere o comércio ambulante. É a economia que escapa aos limites da urbanização voltada para o sistema capitalista e utiliza-se de outros meios para se inserir no mercado de trabalho. É a própria rigidez de regras no mercado formal que faz surgir esse mercado paralelo capaz de escapar pelas frestas. Embora não sendo computável ele também cria e faz circular riquezas, conflitando com o circuito superior. Já o circuito superior é a parte da economia que se liga ao mesmo tipo de organização e comportamento dos países desenvolvidos. Está ligada a dinâmica internacional (indústria, tecnologia, capital intensivo), e tem apoio do poder estatal.

Para melhor analisar esse acontecimento urbano, considero importante discorrer sobre os diferentes termos utilizados para a atividade de comércio de rua. Não existe um consenso entre os estudiosos do assunto para explicar as diferentes denominações: camelô, vendedor ambulante, marreteiro, trabalhador da economia informal. Exponho aqui a definição que mais se aproxima da utilizada pelos próprios trabalhadores: “ambulante” é aquele comerciante de rua que não tem ponto fixo, cada dia vende sua mercadoria em um lugar diferente, vive a procura de um escape para acontecer. “Camelô” é o comerciante que já conseguiu um ponto fixo para trabalhar na rua, mesmo sem ter o suporte de uma edificação o seu “ponto” já está demarcado no imaginário coletivo dos demais trabalhadores, quando não está trabalhando esse ponto volta a ser um espaço público da cidade. Porque possui um ponto fixo, o camelô é mais facilmente capturado pelo poder público que algumas vezes lhe concede uma licença para trabalhar no local, como explicarei mais adiante. Trabalhador da economia informal é a denominação utilizada pelo Sindicato dos Trabalhadores da Economia Informal (SITEIN) para os comerciantes de rua, não fazendo distinção entre ambulantes e camelôs.

Nesse trabalho utilizei um modo geral a denominação “ambulante” para todos os vendedores que trabalham nas ruas das cidades de forma ilegal, uma vez que todos eles, fixos ou não, possuem táticas de atuação diferentes dos vendedores legalmente reconhecidos pelo poder público, e são acontecimentos urbanos, porque

se apropriam do espaço público de forma inesperada, diferente da que foi idealizada pelo planejamento urbano.

IV.a. Nas Avenidas de São Paulo

Como já foi citado anteriormente, essa pesquisa tem como foco a cidade de São Paulo. Ela poderia ser realizada em qualquer outra cidade, porém a escolha dessa capital deriva do fato de ser uma grande metrópole, a maior cidade brasileira, com habitantes vindos de diversas partes do país e do mundo, rica em diversidade cultural e modos de vida, com multiplicidade de acontecimentos urbanos. Uma cidade que me impressiona pela coletividade solitária, pela multidão anônima, e ao mesmo tempo porque nela nunca se está desacompanhado, mesmo quando se está sozinho, propiciando também uma infinidade de trocas e contatos. Ela constitui-se, portanto, em um grande campo de pesquisa para aprofundar a reflexão sobre nossa contemporaneidade.

Nessa cidade foi escolhido como ponto de estudo a avenida Paulista. Ela é um grande centro empresarial e cultural onde se encontram tanto edifícios emblemáticos da arquitetura moderna, como aqueles mais contemporâneos com arquitetura *hi-tech*, que concentram negócios, finanças, centros culturais e institucionais. Nela os acontecimentos urbanos chamam a atenção pelo evidente contraste com seu entorno “perfeitamente” planejado. A Paulista há algum tempo está sendo apropriada por vendedores ambulantes e moradores de rua, além de ser palco de grandes manifestações populares. Esses acontecimentos escapam as regras de apropriação impostas para esse local, gerando preocupação para moradores, comerciantes e empresários ali situados, que procuram meios de capturar essas atividades. Um exemplo disso é a criação da Associação Paulista Viva, formada por um grupo interessado em manter a Avenida Paulista como um centro das elites, e evitar qualquer outra forma de apropriação desse espaço que comprometa a sua imagem. Dessa forma, percebe-se lá um movimento de *aparelhos de captura* contra *máquinas de guerra*, acontecimentos urbanos sendo perseguidos tanto pelo Estado

como pela iniciativa privada, a fim de se evitar a apropriação que eles consideram indevida para aquele espaço.

Outros dois importantes locais da cidade foram escolhidos para estudo de comparação: a rua 25 de março, situada no centro tradicional; e a avenida Luis Carlos Berrini, considerada o mais novo centro empresarial, localizado a sudoeste da capital. A escolha desses locais está diretamente ligada ao processo de expansão urbana da cidade de São Paulo, que até o final dos anos 60 possuía um único centro metropolitano, dividido entre o “Centro Tradicional” (Praça da Sé à Praça do Patriarca) e o “Centro Novo” (Praça Ramos de Azevedo à Praça da República). A partir do período do “milagre brasileiro”, um novo centro estruturou-se ao longo da avenida Paulista, havendo então o “Centro Principal” e o “Centro Paulista”. Nos anos 90 uma nova área de concentração de empresas passa a configurar o “Centro Berrini”, com grande concentração de empresas multinacionais



Fig.14 – Mapa esquemático da expansão sudoeste da centralidade em São Paulo

(Frugoli, 2000: 39). O mapa acima ilustra essa expansão sudoeste da centralidade em São Paulo (Fig. 14). Essa expansão é fruto de um processo excludente de investimentos públicos, de concentração de renda e de poder, fazendo com que o centro tradicional passe a sofrer um gradativo abandono e deterioração. Os novos investimentos, públicos e privados, são direcionados para as áreas em expansão e o

centro começa a ser identificado como espaço das classes populares e dos migrantes nordestinos.

Mas é preciso deixar claro que nesse trabalho o objeto em questão não é esse ou aquele espaço urbano e sim os acontecimentos, que são produto da experimentação dos usuários no espaço, e que acontecem em qualquer cidade. José Guilherme Magnani fala da abordagem, não da rua em si, mas da experiência da rua. Para ele “é possível também descobrir onde, em meio ao caos urbano, ela se refugiou - não como espaço de circulação, mas enquanto lugar e suporte de sociabilidade”.²⁶

Porém, para estudar os acontecimentos urbanos faz-se necessário analisar brevemente os processos de desenvolvimento da cidade e suas implicações nas atividades da sociedade como um todo, visto que os acontecimentos urbanos ocorrem também devido à disputa de espaço. Em um sistema onde o valor do solo é acessível para poucos e a oportunidade de trabalho encontra-se cada vez mais escassa, a cidade torna-se local de segregação sócio-espacial.

Elizabeth Costa em seu livro “Anel, cordão e perfume barato” (1989), reconhece a atividade do ambulante na cidade de São Paulo desde o início do século XX, com a presença do judeu, turco ou imigrante estrangeiro tipicamente nômade e sem pátria como o mercador medieval. Eles passavam às portas vendendo suas mercadorias, numa cidade que começava a se industrializar. Nessa época, como na maioria das grandes cidades, o centro da capital já se constituía como lugar de consumo, comércio e negócio das elites, porém as marcas da ocupação popular já eram visíveis, e era possível observar a disputa pelos melhores pontos em praças e largos onde jornaleiros e engraxates lutavam para demarcar seu espaço de trabalho. A partir dos anos 30, São Paulo começa a receber migrantes nordestinos que chegam à cidade atraídos pela oportunidade de trabalho na indústria. Estes, diferentemente dos migrantes estrangeiros vão se situar, em grande parte, nos novos eixos industriais que surgem com a expansão urbana. A maioria desses nordestinos, porém, se encontra pouco qualificada para a atividade industrial, e acaba adotando como tática de sobrevivência o trabalho informal, que abrange aquelas atividades

26 MAGNANI, 1993, p.3.

realizadas no espaço público do centro: camelôs, marreteiros, ambulantes, engraxates, pregadores religiosos, mágicos, curandeiros²⁷.

Costa²⁸ afirma que, de certa forma, pode-se comparar o mercador ambulante de hoje com aquele da Idade Média, que buscava naturalmente os locais onde a concentração de homens permitia esperar a oportunidade de ganho. Eles possuíam um tipo característico de viver, não dependiam de suas origens ou títulos de nobreza para negociar ou fazer fortuna, apenas de sua competência e astúcia, almejavam a liberdade, eram donos de seu próprio destino. O que pode ser comparado com os nordestinos que chegam a São Paulo em busca de liberdade e de “fazer sorte”, e acabam por criar pelas ruas o espaço do mercado aberto, reivindicando assim como o mercador medieval, o direito de apropriar-se da rua para efetuar seus negócios. São repetições com diferenças, mercador medieval e vendedor ambulante se parecem apenas na prática e não nos papéis que desempenham. Diferentemente do mercador medieval, o vendedor ambulante assume papel de resistência, de luta por um espaço na cidade. O mercador medieval vai buscar novos produtos em outras regiões, trazendo uma nova modalidade de consumo, antes restrita aos produtos locais, dessa forma, sua atividade não demora a ser bem quista e sua ascensão é rápida, ao contrário do que acontece com o vendedor ambulante.

Nos últimos anos, o número de vendedores ambulantes nas ruas de São Paulo e a variedade de suas mercadorias têm aumentado constantemente havendo, contudo, uma mudança no seu perfil. Uma estimativa do Sindicato dos Trabalhadores da Economia Informal de São Paulo (1999) aponta que 75% dos camelôs em atividade ingressaram na profissão pressionados tanto pelo desemprego quanto pelo achatamento dos rendimentos, afetados por fatores como a flexibilização do mercado de trabalho e pela terceirização progressiva da produção. A categoria, composta tradicionalmente por desempregados de baixa qualificação geralmente migrantes, estaria incorporando não somente mais operários atingidos pelas constantes demissões em massa nas indústrias, como estaria passando também pelo início de uma certa diversificação, ao incorporar profissionais de outras áreas,

27 OLIVEN, 1985; SOUZA, 1977. IN: FRUGOLI, 1999. p. 151

28 COSTA, 1987, p. 31.

como bancários, administradores de empresa e engenheiros²⁹. Esses dados nos mostram que mudanças sociais e econômicas podem afetar diretamente no espaço da cidade, como nesse caso, onde a falta de emprego vai fazer com que o espaço público seja apropriado de uma outra forma por aqueles que procuram uma alternativa de trabalho. E por esse motivo acredito que projetos urbanísticos têm que estar afinados com as dinâmicas atuais, sendo mais flexíveis para corresponder com as necessidades e desejos dos seus habitantes, podendo estes readaptá-lo quando necessário.

O comércio ambulante torna-se uma das táticas de sobrevivência mais utilizadas em períodos de emprego difícil e dificuldades econômicas, pois se trata de uma das poucas alternativas socialmente aceitas ao alcance da maioria dos trabalhadores. Embora sua atuação seja aceita pela maioria da população e até em parte pelo comércio formal, essa atividade, com já foi dito anteriormente, é extremamente perseguida pelo poder público e pela elite empresarial, sendo alvo constante de apreensões e tentativas de proibição, com o propósito de uma “requalificação urbana” que nunca chega a acontecer.

Assim, o ambulante vive em situação instável, e isso não o intimida a acontecer, parece alimentar ainda mais a sua atuação que nunca acaba, pois sendo o acontecimento urbano a pura reserva, ele pode ser infinitamente divisível e multiplicável, atuando como ativo e passivo ao mesmo tempo, pois pode até se submeter a algumas regras alheias, mas também impõe regras e incomoda àqueles que o tentam capturar. Convivendo com ciclos de melhor e pior convivência com o *aparelho de Estado*, que de modo geral, tenta impor-lhes limites e fixar regras para a sua atividade, os ambulantes conseguem com frequência escapar do controle imposto, e a cada tentativa de proibição da sua atuação eles se deslocam para outras áreas e em seguida retornam, aos poucos, para o local de onde foram expulsos.

Esse acontecimento urbano funciona como um rizoma, que na definição de Deleuze e Guattari é muito diferente da árvore ou da raiz que se fixa em um ponto ou uma ordem. O rizoma conecta-se de um ponto a outro qualquer e, cada um de seus

29 FRUGOLI, 1999:153

traços não remete a traços de mesma natureza, constitui-se de multiplicidades. “Todo rizoma compreende linhas de segmentariedade segundo as quais ele é estratificado, territorializado, organizado, significado, atribuído, etc.; mas compreende também linhas de desterritorialização pelas quais ele foge sem parar”.³⁰ Portanto, os ambulantes não se restringem ao centro e a espaços mais populares, eles se espalham e abrangem também novos e nobres centros, como a avenida Paulista - parcialmente ocupada por vendedores ambulantes -, e a avenida Berrini - com presença bem pontual desse tipo de comércio -, acompanhando assim o processo de formação de centros na capital. A ocupação dos ambulantes acontece, inicialmente, permeando ruas próximas às principais ruas de comércio formal e, gradativamente, essa ocupação cresce até chegar às ruas principais, como no caso da rua 25 de março, onde as calçadas em frente às lojas também são totalmente apropriadas por ambulantes. Na avenida Paulista existe uma ocupação ainda parcial, nota-se maior ocupação próximo as esquinas, porém é possível identificar vários ambulantes também na avenida. Já na avenida Luis Carlos Berrini a ocupação é ainda bem tímida até mesmo nas ruas perpendiculares (Fig. 15). Dessa forma, podemos perceber que o movimento dos ambulantes acompanha a formação dos novos centros comerciais na cidade e embora a sua atuação se encontre à margem do comércio formal ela consegue acompanhar a sua dinâmica.



Fig.15– Representação esquemática da ocupação por ambulantes nas três localidades

Percebe-se que a ocupação dos ambulantes é baseada em regras e princípios também informais que são reinventados constantemente. Essas regras são sempre reinventadas para se fortalecerem contra as tentativas de controle por parte do poder público, são os escapes que, encontram através das linhas de fuga, uma

30 Deleuze e Guattari, 1995;18

forma de atuar contra o *aparelho de Estado*, funcionando como *máquinas de guerra*. Dessa forma, eles se organizam e criam algumas regras internas que acabam por gerar uma relação hierárquica entre eles, porém, as regras são sempre mutáveis e muitas delas são conhecidas apenas por seus integrantes. O sociólogo Heitor Frugoli detecta dois tipos de princípios organizativos básicos entre os ambulantes³¹:

1- horizontalidade ou simetria: existe dentro do grupo um intercâmbio entre “iguais”, envolvendo a circulação de informação, ajuda trabalhista, empréstimos, serviços e apoio moral, etc.

2- verticalidade ou assimetria: um princípio hierarquizante que parte inicialmente do intercâmbio recíproco existente, e posteriormente começam a aparecer às diferenciações hierárquicas dentro do grupo.

Embaralham-se numa só organização princípios que se legitimam por um certo tipo de solidariedade entre seus membros, com outros mais conflituosos de relações desiguais e clientelistas. (ibidem). O princípio da verticalidade é percebido através das disputas acirradas pelo “ponto de trabalho” que em certos casos culminam em brigas e agressões. Muitas vezes existem os “donos do ponto” que, geralmente, são os ambulantes mais antigos no local. Esses têm a posse do “ponto” e dos instrumentos de trabalho, contratam terceiros para trabalhar em troca de parte dos ganhos. Verifica-se a horizontalidade na criação de códigos ou sinais entre eles que servem para avisar a presença da fiscalização da prefeitura. Esses fiscais são apelidados pelos ambulantes de “rapas”, esse nome surge pelo fato de eles apreenderem as mercadorias dos ambulantes, ou seja, por “rapar” as mercadorias. Esse verbo rapar tem um uso informal e significa: “apossar-se de (coisa alheia) ardilosamente; roubar, raspar”.³²

Em relação a essa fiscalização também existem táticas criadas por eles para evitar a proibição da atuação e a apreensão de mercadorias, ou seja, mais um escape da *máquina de guerra*. Uma tática comum é o pagamento de propina aos rapas, como veremos mais detalhadamente no próximo capítulo.

31 FRUGOLI, 1999, p. 154

32 Do Dicionário eletrônico Houaiss da língua portuguesa, versão 1.0

Os acontecimentos urbanos possuem táticas que fogem a todo o momento de qualquer forma de controle, e por isso aparecem e desaparecem do espaço com certa invisibilidade. Outra tática utilizada pelos ambulantes é a não constituição de uma única entidade de representação, o que dificulta o diálogo com o poder público e com representantes da sociedade. Existem sete entidades que representam a categoria³³: além do Sindicato dos Trabalhadores da Economia Informal, existe o Sindicato dos Ambulantes de São Paulo, o Sindicato dos Permissionários em Pontos Fixos, a Associação dos Camelôs de São Paulo, a Associação dos Trabalhadores Ambulantes, a Associação dos Camelôs Independentes de São Paulo e a Sociedade dos Informais e Ambulantes, entre outros.

Em entrevista que realizei em abril de 2006 com o presidente do Sindicato dos Trabalhadores da Economia Informal de São Paulo (SITEIN) ele diz que existem 170 Associações e 5 Sindicatos, e que muitas dessas associações são criadas apenas para ter maior quantidade de representantes na hora de eleger um membro representativo dentro da Comissão Permanente dos Ambulantes (CPA)³⁴, criada pela prefeitura. Essas associações na verdade são segmentos de uma mesma entidade maior, ou seja, de algum sindicato. E isso não significa que a categoria seja tão fragmentada quanto parece, é uma tática para escolher um representante, uma forma de escape.

Outro dado importante que ele coloca refere-se ao relacionamento entre o comerciante formal e o ambulante. Segundo ele “o ambulante chama a freguesia, eles ganham em média 1.200 reais por mês. A grande maioria do comércio não quer tirar o ambulante, faz vista grossa. Alguns ambulantes chegam a ser donos de até 100 barracas”. Quando perguntado sobre qual era o papel do Sindicato ele responde: “o nosso papel é trabalhar mais com a parte social, os outros (sindicatos) são mais técnicos, ligados ao sindicato do comércio. Nós queremos implantar cooperativas de trabalho artesanal, tirar os camelôs da rua, dar qualificação profissional, estudo as crianças, obter registro profissional. Temos o Projeto do Ninho, com o objetivo de criar cooperativas nos bairros, ou seja, trabalhar onde mora, iniciando com as mulheres que passam a incentivar os maridos e outras pessoas do bairro. Para facilitar a formação de cooperativas damos o curso de formação política na cidade para formação de líderes. Nos aproximamos também das

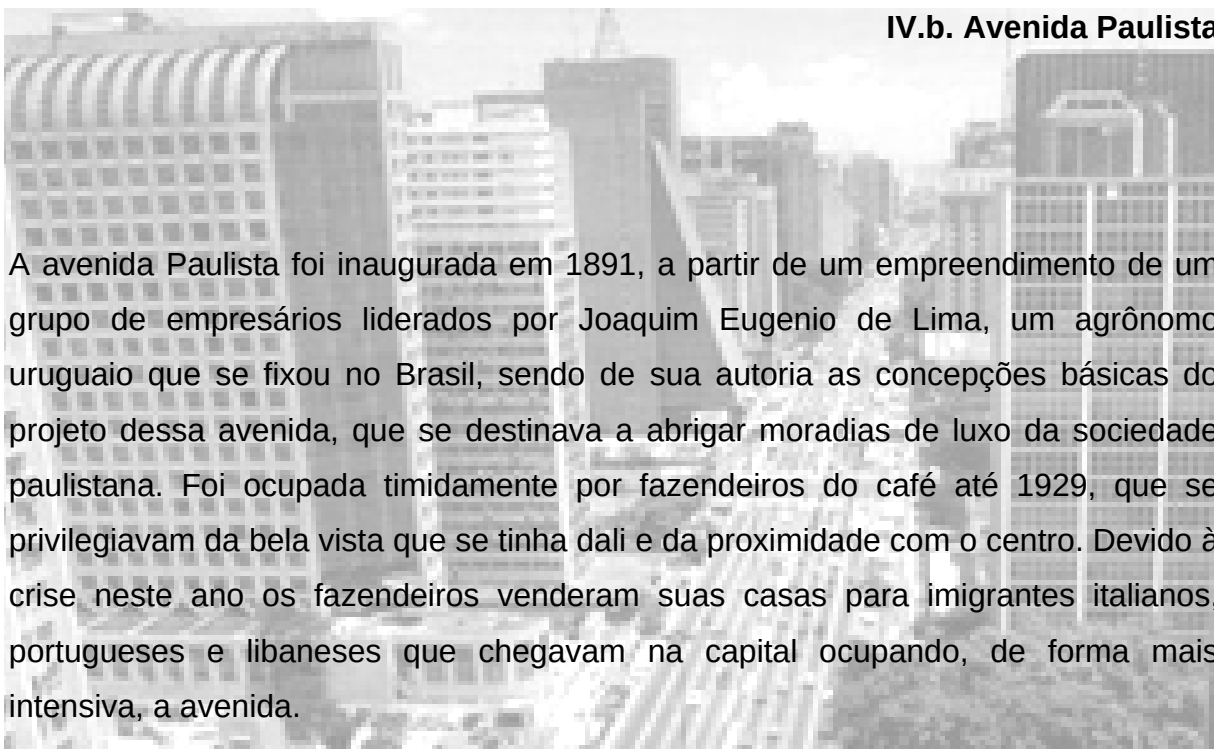
33 IBANHES, L. C. IN: GUERREIRO, 2000.

34 Sobre a CPA maiores explicações no cap. V desse trabalho.

associações de moradores dos bairros aproveitando sua organização para incentivar as pessoas a participar da cooperativa. Além de poder utilizar o espaço físico”.³⁵ Em relação ao que esperam dos órgãos públicos, ele diz que o poder público é muito omisso, não colabora com o trabalho deles, não reconhece a categoria, eles têm o apoio apenas da CUT. Diz também que gostariam que existisse uma lei federal reconhecendo a categoria enquanto trabalhador, recolhendo impostos e tendo os mesmos direitos trabalhistas. Para ele, a tentativa de organização feita pela prefeitura criando o TPU (Termo de Permissão de Uso) favorece a máfia, ficando 70% dos TPU's comprometidos com venda para terceiros. Dessa forma, esse sindicato parece trabalhar como uma *máquina de guerra* que se coloca contra o *aparelho do Estado* e, por outro lado, manifesta-se como um *aparelho de captura* quando tenta organizar o trabalho dos ambulantes ao moldes dos trabalhadores formais, esperando por uma lei federal que os reconheça enquanto categoria.

A seguir, veremos como os vendedores ambulantes se apropriam do espaço nas três localidades escolhidas para análise. Nessa análise tentarei identificar as diferenças de atuação, quando ocorrerem, em cada localidade. O parâmetro de comparação será a partir das quatro categorias de análise eleitas. Veremos que o comportamento dos ambulantes, apesar de ser bastante parecido, possui algumas diferenças de atuação em cada localidade. Isso se justifica porque o acontecimento urbano se adapta às novas condições que lhe são impostas, sem com isso se submeter às regras, mas conseguindo encontrar táticas para cada situação que enfrenta. E é interessante observar essa relação dos ambulantes com as centralidades, ou seja, da *máquina de guerra* com o *aparelho de captura*, esses dois elementos coexistem e concorrem num mesmo campo, funcionam em dupla, contrários e complementares. O *aparelho de Estado* só existe enquanto máquina de captura porque existem elementos a serem capturados, e o acontecimento urbano só se conforma como uma *máquina de guerra* porque existe um Estado com quem precisa lutar.

35 Fala do Sr. Juraci Sampaio, presidente do SITEIN.



IV.b. Avenida Paulista

A avenida Paulista foi inaugurada em 1891, a partir de um empreendimento de um grupo de empresários liderados por Joaquim Eugênio de Lima, um agrônomo uruguaio que se fixou no Brasil, sendo de sua autoria as concepções básicas do projeto dessa avenida, que se destinava a abrigar moradias de luxo da sociedade paulistana. Foi ocupada timidamente por fazendeiros do café até 1929, que se privilegiavam da bela vista que se tinha dali e da proximidade com o centro. Devido à crise neste ano os fazendeiros venderam suas casas para imigrantes italianos, portugueses e libaneses que chegavam na capital ocupando, de forma mais intensiva, a avenida.

Desde sua criação a Paulista consolidou-se como um bairro elegante das elites, recebendo grandes investimentos públicos, superiores a qualquer outra área da cidade, o que elevou gradativamente o valor comercial daquela região. A partir dos anos 40, devido à supervalorização dos terrenos, inicia-se um processo de verticalização das construções e demolição dos antigos casarões. Inicialmente, eram proibidas construções para uso comercial, mas no fim da década de 50 esse quadro começa a ser revertido e a avenida passa a ser ocupada por edifícios com fins comerciais, tendo como marco a construção do Conjunto Nacional, de uso misto. Outra obra arquitetônica de relevância para a mudança de uso daquela área foi a construção do Masp, inaugurado em 1968, colaborando com a instalação de futuras atividades culturais na região. Essas duas construções modernistas marcaram o início das atividades comerciais e culturais e suscitaram a migração de atividades do centro tradicional para Paulista, como, por exemplo, empresas e bancos. Dessa forma, durante o chamado “milagre brasileiro” (1968- 1973) inicia-se a formação de um novo e poderoso subcentro em torno da mesma.

A avenida possui um grande eixo linear marcado por um canteiro central que discorre por toda a sua extensão, assim como largas calçadas onde é possível caminhar e avistar sua arquitetura, composta tanto de edifícios modernos como contemporâneos com longas fachadas de vidros espelhados. Uma avenida

planejada, onde quase tudo parece estar em seu perfeito lugar, exceto a presença de atores estranhos a esse ambiente organizado, como os moradores de rua, os vendedores ambulantes, os carroceiros, e ainda aqueles mais ousados que ocupam toda a avenida e reivindicam bem alto por algum direito, formando as passeatas. Em uma avenida planejada essas apropriações tornam-se exceções e chamam muito mais a atenção pela sua singularidade.

Se por um lado, as calçadas largas facilitam o fluxo de pedestres, por outro elas propiciam a sua apropriação por parte dos ambulantes. Em termos de espaço é muito mais fácil montar uma banca para vender produtos em uma calçada da avenida Paulista do que na rua 25 de março. Essa tarefa, porém, não é tão simples,



Fig. 16- Ambulantes que inicialmente trabalhavam na av. Brig. Luis Antonio já avançam para a av. Paulista.

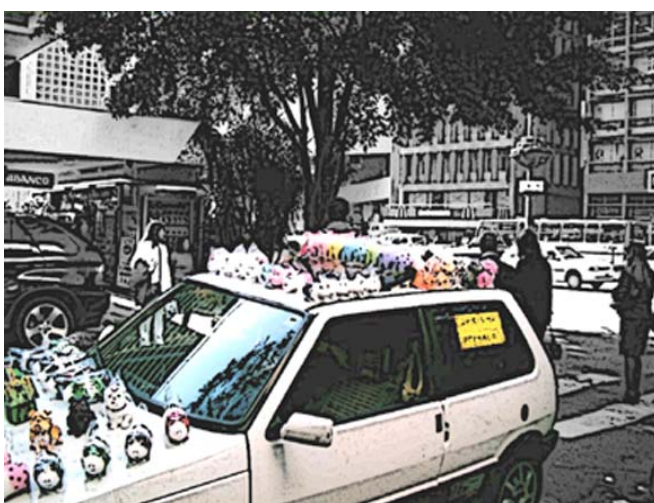


Fig.17- Vendedor de cofrinhos. Rua Padre João Manuel, esquina com a av. Paulista.

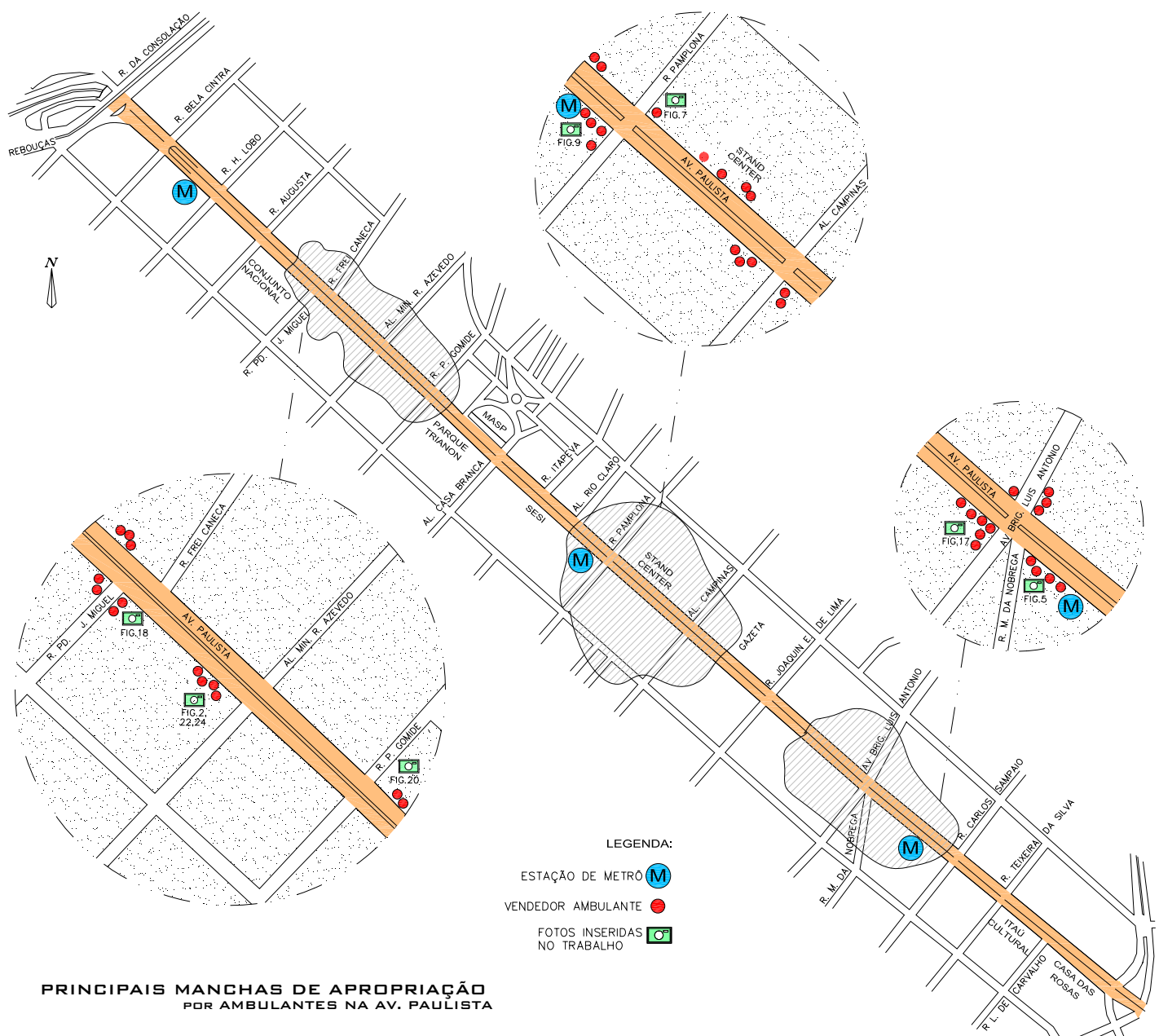
pois a excepcionalidade do acontecimento pode ser também um obstáculo. Para se apropriar do espaço da avenida o ambulante precisa de muita tática e tem que esperar o momento próprio para escapar. Sendo assim, essa apropriação inicia-se de forma tímida, com uma ocupação inicial das ruas perpendiculares e, gradativamente, aproxima-se da própria avenida, repetindo-se aqui o efeito rizomático que vai se alastrando pelas frestas que encontram (Fig. 16 e 17).

Atualmente é possível perceber, em vários trechos da avenida, a ocupação por ambulantes. Um fato curioso é que um dos lados da avenida é mais ocupado que o outro e imaginei se isso seria devido à

posição do sol ou ao tipo de comércio existente, o que não se mostrou pertinente. Quando entrevistei o presidente do Sindicato dos Trabalhadores da Economia Informal (SITEIN), Juraci Sampaio, fiz questão de perguntar se ele saberia me

justificar tal fato. Segundo ele, isso acontece porque a avenida Paulista é administrada por duas subprefeituras diferentes: a da Sé, responsável pelo lado do Centro, e a de Pinheiros, responsável pelo lado dos Jardins, onde não foi instaurada a Comissão Permanente de Ambulante (CPA) e, por esse motivo, a fiscalização é menor, facilitando a atuação dos vendedores ambulantes.

Como a apropriação da rua por ambulantes não é estática, torna-se difícil mostrar um mapa exato da sua localização, portanto ilustro alguns trechos que são mais comumente apropriados, conformando algumas manchas de apropriação (Fig. 18).



Tanto em ruas perpendiculares quanto na avenida existe vendedor ambulante trabalhando. Independente do grau de dificuldade para atuar, eles acham uma fresta para escapar e conseguem acontecer. Ali são vendidas muitas das mercadorias encontradas na 25 de março, como bijuterias, óculos, incensos, aparelhos eletrônicos, comidas e doces havendo, contudo, um diferencial de preço, apesar de aparentemente não existir diferenças nas mercadorias. Mas uma característica singular da Paulista é a presença de vendedores de artesanato, vasos, quadros, caricaturas, pinturas e, também, livros e discos usados (Fig. 19 e 20). Isso ocorre porque, assim como no comércio formal, o comércio ambulante atua de acordo com as demandas do público, haja vista que,



Fig.19- Venda de quadros e artesanato. Av. Paulista



Fig.20- Venda de quadros. Av. Paulista

a avenida Paulista recebe, de um modo geral, um público de poder aquisitivo um pouco superior, já que ela se caracteriza como um centro empresarial e cultural da cidade, sendo a rua 25 março caracterizada pelo comércio popular.

De acordo com as categorias de análise o ambulante na avenida Paulista atua das seguintes formas:

1- Forma de espacialização: a forma de espacialização mais utilizada é através de pequenas bancas. Existem, com frequência, os que utilizam elementos já existem no espaço como, por exemplo, gradis, canteiros, bancos, guias e muros (Fig. 21 a 24). Além disso, há aqueles que expõem as suas mercadorias em carros, o que facilita ainda mais o escape em caso de fiscalização. As barracas são praticamente inexistentes, aparecendo raramente nas ruas perpendiculares. Nessa avenida, portanto, as formas de espacialização são mais efêmeras.



Fig. 21- Apropriação de gradil para expor a mercadoria. Av. Paulista.



Fig. 22- Apropriação do chão para expor a mercadoria. Av. Paulista.



Fig. 23- Apropriação do canteiro para expor a mercadoria. Av. Paulista.



Fig. 24- Apropriação do chão e da parede do edifício para expor a mercadoria. Av. Paulista.

2- Variação temporal: é possível perceber que o número de vendedores ambulantes varia durante o dia, havendo horários de maior pico de concentração como o horário do almoço e o final da tarde. Esse fato pode ser justificado porque, na avenida Paulista, os ambulantes vão atrás do fluxo de pessoas, que aumenta durante esses períodos. Apesar disso, essa temporalidade em um dado espaço costuma ser constante, ou seja, o ambulante pode não permanecer o dia todo, mas procura atuar sempre no mesmo local e nos mesmos horários. Isso ocorre porque, atuando com uma frequência constante, ele se torna uma referência para o consumidor: um ambulante, que todos os dias vende doces no horário de almoço, sempre na porta

de um mesmo edifício comercial, vira uma referência para o consumidor que trabalha ali. Porém, essa temporalidade constante, às vezes, torna-se inviável devido à fiscalização.

3- Dimensão: de um modo geral, esse acontecimento urbano não provoca grandes impactos na Paulista. Do ponto de vista da circulação de pessoas e automóveis, ele não causa grandes transtornos porque o número de ambulantes é relativamente reduzido e devido às maiores dimensões das calçadas. O impacto que se pode perceber com a apropriação dos ambulantes é causado pela disparidade em relação ao entorno que foi planejado e recebeu grandes investimentos, constituindo-se em um lugar imponente de alto padrão construtivo.

4- Modos de ação: a maioria dos vendedores ambulantes não possui licença para atuar, com exceção daqueles que trabalham na feira de artesanato, em frente ao parque Trianon, e na feira de antiguidades no vão livre do MASP, que acontecem nos fins de semana. Uma das táticas utilizadas é aproveitar a movimentação de pessoas que essas feiras atraem. Nesses dias a concentração de ambulantes ao longo da avenida é maior do que durante toda a semana. Eles tiram proveito da presença dos potenciais compradores das feiras e tentam vender seus produtos.

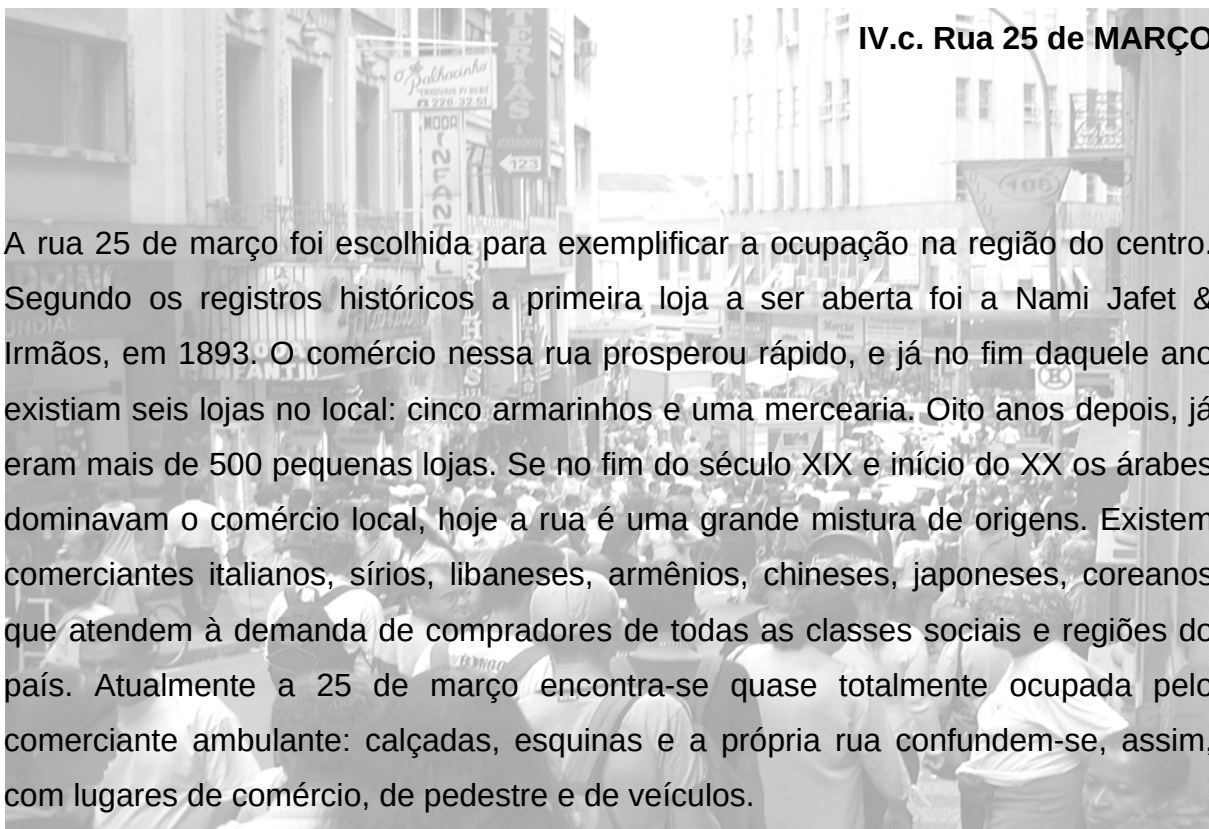


Fig. 25- Kombi de Hot Dog. Alameda Casa Branca, esquina com a Av. Paulista.

Outras táticas recorrentes pelos ambulantes são a utilização de suportes espaciais facilmente desmontáveis e a apropriação de muros, grades e guias, que também facilitam a rápida retirada da mercadoria diante da presença do rapa, além do uso freqüente de automóveis (Fig. 25). A apropriação nas esquinas da avenida também é uma saída empregada, pois permite que eles fiquem menos evidentes para os rapas sem deixar de perder a movimentação de pessoas da avenida.

A atuação dos ambulantes na Paulista incomoda determinados setores da região. Em 1980 iniciou-se um movimento integrado por empresários que estavam preocupados em preservar a imagem desta que é considerada o principal símbolo da cidade. Esse movimento deu origem, em 1996, à Associação Paulista Viva que tem como principal meta melhorar a qualidade de vida na região. Em 2004, essa associação foi reconhecida como entidade promotora de Direitos Humanos pela Secretaria da Justiça e Defesa da Cidadania do Estado de São Paulo. A associação Paulista Viva possui um Projeto de Segurança que, dentre outros objetivos, visa inibir o comércio ambulante irregular, além de instalar câmeras de circuito fechado de tv, que irão monitorar toda a extensão da avenida durante as 24 horas do dia. Uma ação já implementada em parceria com os governos municipal e federal foi a implantação de 40 cabines móveis para policiamento em pontos estratégicos da avenida. A prefeitura autorizou o uso do espaço público para implantar as cabines e o estado disponibilizou policiais militares para atuar.

Essa associação também é uma iniciativa do poder privado que busca, junto ao poder público, parcerias para implementar projetos no espaço público. Esses projetos são, na maioria das vezes, em prol de um interesse próprio, sem muita preocupação com a coletividade, caracterizando-se como projetos higienistas. Iniciativas como estas privilegiam o interesse privado em relação ao público e buscam controlar a apropriação desses espaços para evitar qualquer mudança que possa comprometer a sua imagem, ou mesmo instaurar uma outra imagem que seja conivente a um pequeno grupo de pessoas. Atuam como verdadeiros *aparelhos de captura* atrás da *máquina de guerra*.



IV.c. Rua 25 de MARÇO

A rua 25 de março foi escolhida para exemplificar a ocupação na região do centro. Segundo os registros históricos a primeira loja a ser aberta foi a Nami Jafet & Irmãos, em 1893. O comércio nessa rua prosperou rápido, e já no fim daquele ano existiam seis lojas no local: cinco armazéns e uma mercearia. Oito anos depois, já eram mais de 500 pequenas lojas. Se no fim do século XIX e início do XX os árabes dominavam o comércio local, hoje a rua é uma grande mistura de origens. Existem comerciantes italianos, sírios, libaneses, armênios, chineses, japoneses, coreanos que atendem à demanda de compradores de todas as classes sociais e regiões do país. Atualmente a 25 de março encontra-se quase totalmente ocupada pelo comerciante ambulante: calçadas, esquinas e a própria rua confundem-se, assim, com lugares de comércio, de pedestre e de veículos.

O local, outrora de comércio elitista, hoje ela é lugar de comércio popular e informal, com presença marcante de vendedores ambulantes. Tal mudança pode ser explicada, em parte, pelo processo de expansão da cidade, provocando o deslocamento dessas elites para outras regiões de maior valor econômico. Com isso, o centro gradativamente vai sendo ocupado pelas classes mais populares, mudando o perfil do comércio nessa região e, conseqüentemente, desta rua. Atualmente, são vários os produtos comercializados, destacando-se os tecidos, produtos de armazéns e bijuterias, mas é possível encontrar lembrancinhas, utilidades domésticas, roupas e sapatos. As vendas acontecem no atacado ou varejo, o que atrai o mais variado público consumidor, que vai de simples compradores a atacadistas vindos de outros municípios e estados que comprem para revender em sua localidade. Isso torna essa rua parte da rota do turismo de compras na cidade de São Paulo.

Considerada, atualmente, "maior *shopping* a céu aberto da América Latina", a 25 de março possui cerca de 3 mil empresas que empregam, em média, 40 mil pessoas e recebe, diariamente, 400 mil pessoas, número que pode atingir 1 milhão em

períodos festivos, como Natal por exemplo. Segundo matéria do jornal O Globo³⁶ a rua, com pouco mais de um quilômetro, tem um faturamento de 8 bilhões de reais por ano, metade do orçamento da Prefeitura de São Paulo. E esse faturamento deve-se ao fato de seus preços chegarem a ser até 50% mais baratos que os encontrados em *shopping centers*, sem provavelmente contabilizar o faturamento do comércio ambulante, do qual não se tem valor exato. Mas sem dúvida alguma esse comércio ambulante, seja com ou sem licença da prefeitura, também é um forte atrator de consumidores e também possui um faturamento considerável.

No ano de 1994, a prefeitura contabilizava 30 mil ambulantes e o sindicato 170 mil, na cidade de São Paulo. Destes, 9.788 possuíam o TPU³⁷, documento de autorização para ocupação do espaço para fins de trabalho ambulante. Em 2002, 81 ambulantes possuíam o TPU para trabalhar na 25 de março³⁸, ocorre, porém, um número muito superior deles trabalhando no local e nem mesmo a prefeitura ou o SITEIN conseguem precisar quantos são na realidade. Fica claro, portanto, o quanto o movimento dos ambulantes acontece de forma rizomática, sem começo e fim, escapando pelas frestas, não sendo possível mensurá-lo e definir os seus limites. Esse TPU, portanto, é um nítido exemplo da tentativa do *aparelho do Estado* em controlar esse movimento dos ambulantes, que se conforma com uma *máquina de guerra*, lutando contra as tentativas de captura. E o fato de não contemplar a todos, ou seja, de o número de licenças concedidas ser muito inferior ao número de ambulantes, mostra que o poder público pretende capturar parte desse movimento e eliminar a grande maioria dele.

No centro de São Paulo a atuação dos ambulantes já vem sendo há algum tempo alvo de inúmeras discussões entre poder público, lojistas, empresários, moradores locais e a própria categoria. Em 1991 foi criada uma associação em prol da revitalização do Centro de São Paulo, a “Associação Viva o Centro”, com um perfil muito próximo da Associação Paulista Viva, ela também é formada por empresários, proprietários de imóveis, comerciantes, bancos e entidades situadas na região, com o objetivo de promover o “desenvolvimento da área central em seus aspectos urbanísticos, culturais, funcionais, sociais e econômicos, de forma a transformá-la

36 Globo online, 25 de março de 2006. Disponível em :<http://oglobo.globo.com/online/sp/plantao/2006/03/25/227896777.asp>

37 O termo de Permissão de Uso (TPU), será explicado com maiores detalhes no próximo capítulo.

38 Portaria 053/SP – SE/2002 de 22/10/2002, publicada no DOM de 31/10/2002. Fonte: Viva o Centro.

num grande, forte e eficiente Centro Metropolitano”³⁹. Para tanto, essa associação vem atuando fortemente junto com o poder público propondo intervenções para combater não só a atuação dos ambulantes, mas também a dos moradores de rua, catadores de material reciclável, prostitutas e tudo aquilo que consideram ser uma atividade degradante da imagem dessa região. Em outras palavras pretendem eliminar as apropriações inesperadas do espaço público, que são engendradas por um movimento de resistência, que reivindicam o direito a cidade, os acontecimentos urbanos.

A 25 de março é ocupada intensivamente por ambulantes, que utilizam os mais variados meios de apropriação do espaço: ocupam as calçadas, as esquinas e transitam pelas ruas. Ao descer a ladeira Porto Geral já se percebe o que está por vir quando chegar à rua: são inúmeras pessoas, com bancuinhas improvisadas em caixas de papelão ou pedaços de madeira, ou mesmo com mercadorias expostas no chão sobre lonas. Uma verdadeira feira já se inicia ao descer a ladeira, onde a disputa por um espaço é grande e, chegando à 25, percebe-se que esta disputa aumenta ainda mais, com ambulantes disputando não apenas espaço entre si, mas também com lojistas, pedestres e automóveis (Fig. 26).



Fig. 26- Ambulantes na rua 25 de março. Pedestres precisam caminhar pela rua.

Assim como os comerciantes lojistas, eles acompanham as datas festivas do ano, vendendo produtos característicos da época. Em dias de copa do mundo vá a 25 de março e encontre tudo o que for possível relativo à Copa: blusas de times, bolas de futebol, bandeiras, apitos, cornetas, dvd's, etc. Se for Natal, dia das crianças, dos namorados, dos pais ou *heloween*, também é possível encontrar produtos para esses fins lá. Dessa forma, em qualquer época do ano esta rua é uma referência para consumidores.

39 Disponível em: <www.vivaocentro.org.br>. Acesso em: 29 de março de 2006.

Analizando a apropriação desse espaço a partir das quatro categorias de análise temos:

1- Forma de espacialização: a apropriação do espaço acontece das mais diversas formas, diferente dos ambulantes da avenida Paulista, a fiscalização nesta rua é intensiva e, por isso, as formas de espacialização precisam ser muito versáteis. Dessa forma, o ambulante que não possui a licença precisa esconder a mercadoria



Fig.27- Ambulantes na rua 25 de março

e disfarçar a sua atuação diante da presença do rapa, e isso tem que ocorrer de forma simples, prática e rápida. Para tanto são comumente verificadas a espacialização por banquinhos dobráveis ou lonas no chão, permitindo o rápido escape através dos truques do siri ou do pára-quedas, já explicados anteriormente. São muito comuns,

também, os carrinhos utilizados principalmente para a venda de alimentos, o próprio corpo, onde penduram a mercadoria e transitam pela rua, além das barracas, utilizadas por ambulantes que possuem TPU (Fig. 27).

2- Variação temporal: a maioria dos ambulantes chega no início da manhã e inicia a montagem de seus equipamentos para a exposição das mercadorias. O território já está demarcado no imaginário de cada um, com seus limites estabelecidos de acordo com as regras existentes entre eles. Atuam durante todo o dia, sem pausa nem mesmo para o almoço, que acontece ali, junto à mercadoria, entre a venda de um e outro produto, ocorrendo de forma diferente do que acontece na avenida Paulista, onde ambulantes atuam com mais intensidade em determinados períodos. Isso pode ser justificado porque, nessa avenida, os ambulantes vão atrás do fluxo de pessoas, enquanto a 25 de março gera o fluxo, funcionando como um atrativo de pessoas que vão até essa rua em busca de fazer compras. A atuação do ambulante, portanto, é intensa durante todo o dia.

O tempo de permanência em um mesmo espaço é variável para a maioria, e isso ocorre devido à intensidade da fiscalização. Mudar de lugar é uma forma de escapar

do controle dos rapas e, portanto, os que possuem TPU tem temporalidade constante atuando, todos os dias, no mesmo lugar e horário, já que não precisam escapar da fiscalização.

3- Dimensão: comparada à avenida Paulista, a dimensão da atuação dos ambulantes no entorno é bastante significativa, formando um macro acontecimento urbano, atingindo quase toda a dimensão da rua e ainda transbordando para as ruas próximas. Caminhar pelas calçadas ou pela rua é um desafio, principalmente em épocas festivas, é um caminhar em ziguezague, desviando-se dos pedestres, dos ambulantes e dos carros. Os espaços de cada um misturam-se o tempo todo: se para pedestres circular é um desafio, para os automóveis torna-se quase impossível transitar, sendo necessária muita calma e paciência. A rua 25 de março hoje é um espaço conquistado por ambulantes e seus consumidores, que invertem os usos dos espaços e comandam a velocidade dos automóveis que ali transitam.

4- Modos de ação: dentre as táticas já citadas as mais comuns são a temporalidade variável e as formas de espacialização versáteis para escapar da fiscalização, além do pagamento de propina para os rapas.



Fig. 28- Reportagem sobre guarda volumes no centro.
Jornal da Tarde, 22 de maio de 2001.

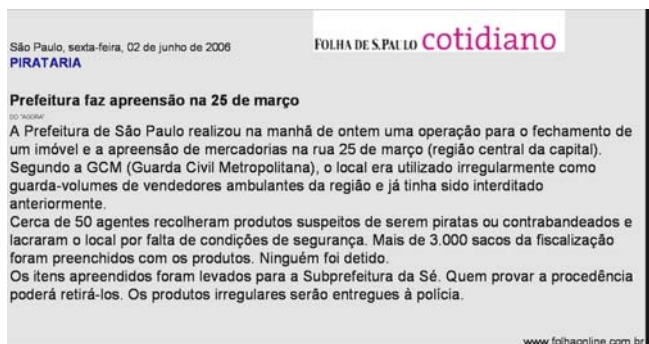
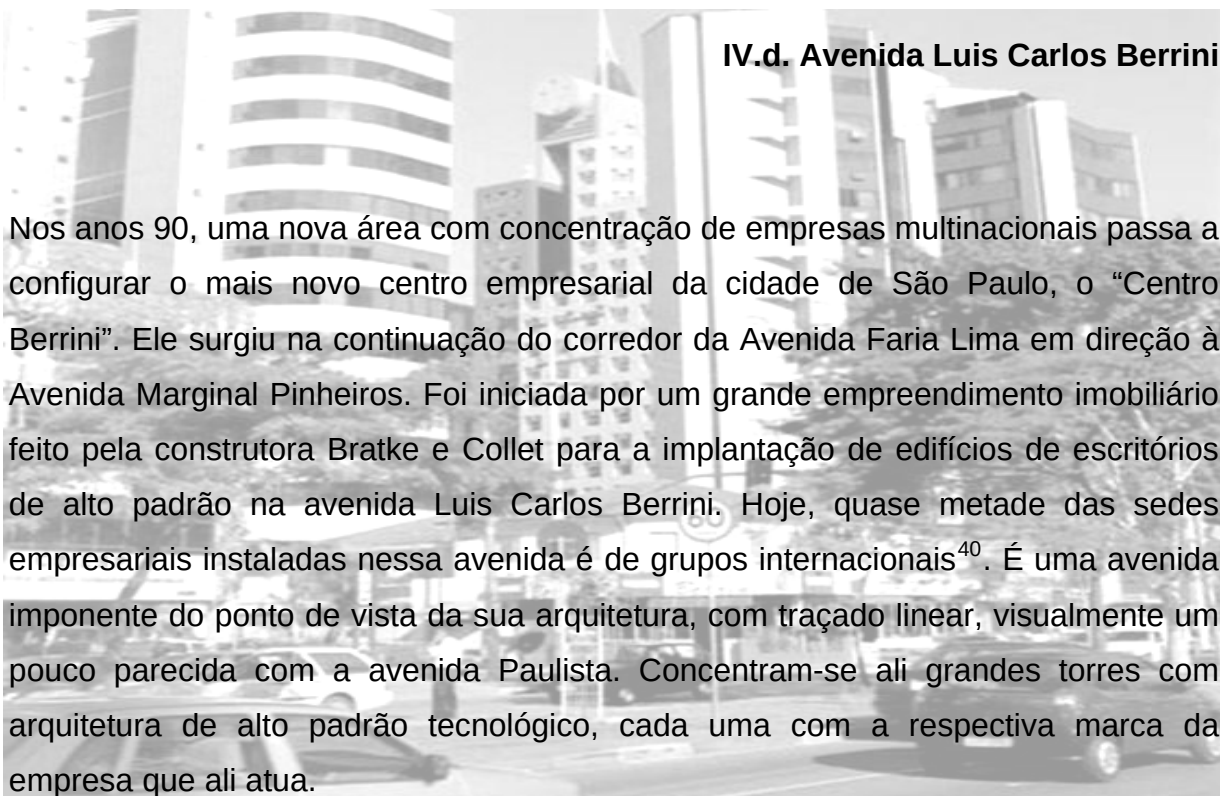


Fig. 29- Reportagem sobre guarda volumes no centro.
Folha de São Paulo, 02 de janeiro de 2006.

Uma outra tática que podemos incluir, a qual não ocorre na avenida Paulista, é o fato de muitos ambulantes fazerem acordos com o comércio legal, seja para vender ou para guardar mercadorias. Alguns ambulantes que conseguem o TPU passam a alugar os seus pontos para proprietários de lojas que vendem suas mercadorias sem emissão de notas fiscais. Em contrapartida, alguns proprietários de lojas alugam um espaço para os ambulantes guardarem seus equipamentos e mercadorias (Fig. 28 e 29). Dessa forma os dois lados

tentam se beneficiar da presença do outro, um evitando o transtorno de transportar sua mercadoria para lugares geralmente distantes em transportes coletivos lotados e o outro de ter prejuízos pela presença de um concorrente.



IV.d. Avenida Luis Carlos Berrini

Nos anos 90, uma nova área com concentração de empresas multinacionais passa a configurar o mais novo centro empresarial da cidade de São Paulo, o “Centro Berrini”. Ele surgiu na continuação do corredor da Avenida Faria Lima em direção à Avenida Marginal Pinheiros. Foi iniciada por um grande empreendimento imobiliário feito pela construtora Bratke e Collet para a implantação de edifícios de escritórios de alto padrão na avenida Luis Carlos Berrini. Hoje, quase metade das sedes empresariais instaladas nessa avenida é de grupos internacionais⁴⁰. É uma avenida imponente do ponto de vista da sua arquitetura, com traçado linear, visualmente um pouco parecida com a avenida Paulista. Concentram-se ali grandes torres com arquitetura de alto padrão tecnológico, cada uma com a respectiva marca da empresa que ali atua.

Diferentemente da avenida Paulista, a Berrini não possui uma grande circulação de pedestres. Isso se justifica porque não é um local de prestação de serviços para o público em geral, estando as empresas ali instaladas voltadas para uma demanda que não é a do seu entorno imediato porque são, em grande parte, multinacionais. As ruas são mais utilizadas em horário comercial, quase inexistindo seu uso fora desse período. Durante a constituição da Berrini não houve nenhuma participação do poder público, ao contrário do que aconteceu na avenida Paulista, onde o investimento público foi altíssimo. Na Berrini os projetos foram monopolizados por uma única empresa, a Bratke-Collet. Foi uma iniciativa privada em uma região sem qualquer tradição de utilização pública. E mesmo tendo um histórico diferente da

40 CORDEIRO, 1993, p. 325. IN: FRUGOLI, 2000, p. 175.

estruturação dos outros espaços centrais, a Berrini acabou por conectar-se à expansão do Centro Metropolitano de São Paulo.

É preciso ressaltar que alguns pesquisadores não consideram que a região da Berrini se consolidará como um novo e potencial centro da capital, acreditando que ela não passa de uma centralidade meramente especulativa e monofuncional e, por isso, não se constitui nem em um subcentro, porque não possui a diversidade de funções necessárias para formação de uma nova centralidade. O importante, entretanto, é que essa avenida mostra a expansão de atividades para a região sudoeste da cidade.

A instalação das empresas cria demandas na região por parte de seus funcionários. A infra-estrutura existente, entretanto, ainda é precária, faltando restaurantes mais populares, bancos, comércio em geral, farmácias, equipamentos de lazer e até mesmo o transporte público. Percebe-se, ao longo da avenida Berrini, a presença apenas de algumas lanchonetes, restaurantes mais requintados, alguns bancos, e raríssimos comércios de bens de consumo.

Dessa forma, para atender a demanda de grande parte dos funcionários que



Fig. 30 -Venda de alimentos e acessórios na Av. Berrini.

trabalham nessas empresas, já se observa ali uma ainda tímida apropriação por vendedores ambulantes que comercializam, basicamente, alimentos (lanches, frutas, doces) e acessórios como bolsas, carteiras, cintos, sapatos, gravatas, etc. Mercadorias direcionadas para um público que trabalha em empresas de alto

padrão, mas exercem cargos de baixa remuneração, como seguranças, secretárias, faxineiras, telefonistas e *office boys* (Fig. 30).

Assim como aconteceu na avenida Paulista, o comércio ambulante acontece com ocupação maior nas ruas perpendiculares, ou seja, nas esquinas com a avenida, mas já existe uma ocupação em alguns pontos da própria Berrini.

Em relação às categorias de análise, o acontecimento urbano dado por ambulantes na avenida Berrini caracteriza-se da seguinte forma:

1- Forma de espacialização: a forma de espacialização mais comum é através da utilização de carros, que servem de suporte para as mercadorias. Este meio é utilizado principalmente por ambulantes que vendem alimentos como sucos, refrigerantes, cachorro quente e sanduíche, apesar de também serem utilizados para expor outros tipos de mercadoria. Outro tipo encontrado foram as bancas desmontáveis e suportes metálicos (Fig. 31 a 33). Barracas não são utilizadas porque não existe emissão de licenças e, além disso, elas dificultam a mobilidade e chamam mais atenção, sendo inadequado o seu uso. Também não são comuns lonas estendidas no chão e elementos já existentes no espaço como bancos, muros ou grades.



Fig.31- Ambulante na esquina da Av. Berrini.



Fig. 32- Ambulante na esquina da Av. Berrini, Vanda de roupas e acessórios.



Fig.33- Ambulante na esquina da Av. Berrini. Venda de sapatos e Botas, utilizando como suporte o carro.

2- Variação temporal: a temporalidade acontece de forma muito parecida com que ocorre na avenida Paulista. Os momentos de maior presença de ambulantes são durante o horário de almoço e no fim da tarde, normalmente coincidindo com o horário do fim de expediente de muitos funcionários. Dessa forma procuram manter

temporalidade constante em um mesmo espaço, atuando quase sempre nos mesmos dias e horários em um mesmo local.

3- Dimensão: da mesma forma que também ocorre na Paulista, na Berrini esse acontecimento não chega a atingir grandes dimensões. Os impactos gerados são muito pequenos, salvo pela contradição e exceção com o seu entorno, caracterizado por prédios de alto padrão construtivo.

4- Modos de ação: a utilização de automóveis é a tática mais utilizada para escapar das proibições porque, dessa forma, tornam-se menos perceptíveis se observados à distância, além de facilitar a fuga quando necessário.

Observando a visão da iniciativa privada em relação ao comércio ambulante nessa região, percebe-se que existe grande resistência em permitir a sua atuação, assim como também acontece na avenida Paulista e na rua 25 de março. O empresário Roberto Bratke, sócio da empresa Bratke e Collet, quando questionado sobre o temor de que a Berrini venha a ser tomada por camelôs, diz que o temor é real e, quando percebe a presença dos mesmos, solicita à prefeitura que os retire.

“Aqui não tem camelô. Mas se não fosse por nós, já teria camelôs “pra burro” por aqui. É um caso que dá trabalho. Dá trabalho seguir a lei, esse é o problema, que os outros sigam as leis. Porque a lei é para não ter camelô, não ter sujeira, isso ninguém liga. É uma luta muito difícil.” (Entrevista Roberto Bratke. IN: Frugoli, 2000: 202)

Esse exemplo da avenida Berrini nos mostra o quanto esse tipo de acontecimento urbano consegue escapar através de táticas que conseguem burlar até mesmo as regras de lugares onde o poder privado tem muito mais atuação no espaço público do que o próprio poder público. Esse poder privado, teoricamente muito mais estruturado e funcional que o público, também se sente ameaçado diante dos acontecimentos urbanos. Dessa forma, a disputa pelo espaço público coloca em conflito universos distintos e desiguais como o dos grandes empresários e dos comerciantes ambulantes.

V. O QUE ESCAPA AO PLANEJAMENTO

Retomando todos os acontecimentos urbanos já citados, os moradores de rua, os catadores de material reciclável, as passeatas e os vendedores ambulantes, podemos perceber que existe, e quase sempre existiu, uma tentativa de controlar e até mesmo proibir esses acontecimentos. Eles são sempre marginalizados pela sociedade em geral e preocupam as instituições de poder público ou privado, funcionando como *máquinas de guerra* que sofrem com as tentativas de controle dos *aparelhos de captura*.

O problema é que os *aparelhos* pouco entendem sobre movimentos que acontecem de modo aleatório, como os acontecimentos urbanos, e tentam capturá-los e organizá-los através da análise de informações pouco precisas como mapeamentos e dados quantitativos. Tais acontecimentos, porém, transformam-se constantemente, sendo pouco realistas as estatísticas sobre eles. A utilização de padrões de análise já estabelecidos se aplica muito bem para as estruturas, mas pouco dizem respeito a essas atividades singulares.

Essas análises contentam-se com classificações, cálculos e tabulações que dizem muito pouco sobre a realidade desses acontecimentos urbanos e que nunca conseguem estar atualizados, porque esses possuem movimentos infinitos. Os *aparelhos de captura* enxergam, portanto, apenas as imagens e os efeitos imediatos desses acontecimentos sobre as estruturas que abalam, principalmente seu impacto econômico, o que mais interessa no sistema capitalista. Pouco entendem ou se preocupam com a organização interna dessas atividades, com o seu movimento astucioso, sua perspicácia, suas formas de escape e de penetração. Ao contrário, valorizam os dados, as estatísticas e não as práticas, as formas de fazer, partindo para dados reducionistas que, mesmo para a lógica de um espaço funcionalista como a cidade, pouco são eficazes.

Na verdade, os acontecimentos urbanos só têm certa “importância” para o *aparelho do Estado* devido às turbulências que seu o movimento engendra naquilo que é

consolidado como regra. Isso torna sua análise um tanto quanto reducionista porque são apenas os efeitos imediatos que incomodam e que dentro dessa lógica precisam ser resolvidos.

E com essa forma de análise não existem resultados satisfatórios conquistados para nenhum dos dois lados, pois as intervenções são superficiais e mecânicas, fazendo com que ocorra nada mais além do que um aumento de conflitos entre as partes envolvidas. Isto pode ser constatado, por exemplo, ao se analisar a relação entre ambulantes e rapas. Esses conflitos são aumentados porque grande parte das iniciativas tenta inserir esses acontecimentos urbanos em um conjunto regras às quais eles não conseguem se adequar porque não pertencem à mesma estrutura que o Estado. Os acontecimentos são exteriores ao *aparelho do Estado*, são *máquinas de guerra*, e operam sem estratificações, sem fronteiras, em um espaço liso, aberto. A análise superficial, portanto, não apreende esse fato e, dessa forma, julgam-nos como desordeiros e marginais.

Ao longo dessa pesquisa tentei demonstrar através dos “acontecimentos urbanos”, que existem muitas apropriações do espaço público que acontecem, paralelamente e ao mesmo tempo imbricado, ao que foi planejado para os espaços públicos da cidade. São apropriações que escapam ao planejamento, e a cada tentativa de serem controlados ou eliminados pela administração pública, conseguem reagir e proliferar em meio às redes de vigilância. São elementos instáveis que se utilizam de táticas estáveis e criativas e escapam à disciplina sem se excluírem do campo onde elas são exercidas: a cidade.

Para ilustrar na prática um pouco dessa relação entre *aparelho de Estado* e *máquinas de guerra*, mostrarei algumas medidas tomadas pelo poder público, a fim de perceber como se tenta administrar as apropriações que escapam ao que foi planejado para um “correto” funcionamento da cidade.

V.a. Planejar e Acontecer. O que Realmente Acontece?

“Planejar a cidade é ao mesmo tempo pensar a própria pluralidade do real e dar efetividade a este pensamento do plural: é saber e poder articular”. (CERTEAU, 1994:172)

Nessa parte do trabalho, tento mostrar como o *aparelho de Estado* age em relação aos acontecimentos urbanos, dessa forma, apresento algumas medidas tomadas pela prefeitura de São Paulo, ao longo do tempo, em relação à atuação dos ambulantes. Além de algumas reportagens publicadas nos meios de comunicação, que nos mostram um pouco do que vem acontecendo em períodos mais recentes.

Já verificamos que, embora a atuação do comércio ambulante seja aceita de certa forma pela população e até em parte pelo comércio formal, essa atividade é extremamente perseguida pelo *aparelho de Estado*, sendo alvo constante de apreensões e tentativas de proibição, com o propósito de uma “requalificação urbana”.

A tentativa de controle do comércio ambulante já é uma prática antiga na cidade de São Paulo, com muitas leis e decretos tentando regulamentá-lo. Em 1898 foi estabelecido o primeiro regulamento específico para o comércio ambulante: ele tratava da arrecadação de impostos dos comerciantes nas ruas (o valor pago era de acordo com a mercadoria vendida); proibia a presença de ambulantes na região central e nas imediações das estações ferroviárias, não podendo o comércio interferir na circulação de veículos e pedestres; e fixava as dimensões máximas dos equipamentos (1m² para caixas e tabuleiros, 2m² para carroças). Em 1903 acontece um aumento do valor dos impostos para o exercício do comércio na rua, na tentativa de diminuir o número de ambulantes atuantes. Outra tentativa com esse intuito ocorre em 1927, com a proibição da comercialização pelos ambulantes de produtos perecíveis. Em 1936, são exigidos novos documentos para a obtenção da licença, tais como, atestado de saúde. Além de nova elevação das taxas de impostos e proibição da venda de jóias, material inflável, medicamentos e bebidas

alcoólicas. Em 1946, o Atestado de Antecedentes Criminais é incluído na lista de documentos exigidos para obtenção da licença.

Na década de 50, pela primeira vez, critérios sociais balizaram a concessão de licenças: primeiro são beneficiados os deficientes físicos, seguidos dos idosos, e por ultimo as famílias numerosas, etc. No início da década de 60 são criados 1300 novos pontos de vendas para ambulantes mas, ao final dessa mesma década, ocorre nova proibição desse tipo de comércio na área central. Dessa forma inicia-se a atuação de ambulantes em cruzamentos e semáforos das avenidas. Em 1970, com a intenção de reorganizar toda a atividade ambulante ocorre o cancelamento das licenças anteriormente concedidas e novas licenças são emitidas.

E em 1989, com o decreto 27.660, é criado o Termo de Permissão de Uso – TPU, utilizado ainda hoje como instrumento regulador, porém já tendo sofrido algumas alterações. O último decreto alterando o TPU foi em 2001 no governo da prefeita Martha Suplicy. O TPU (Decreto 40.342 de 2001) é uma legislação que regulamenta a atividade dos ambulante, do ponto de vista da condição física, dividindo-os nas seguintes categorias: a) Deficiente físico de natureza grave (portadores de cegueira, paralisia e falta de membros); b) Deficiente físico de capacidade reduzida (deficiências que a impossibilitem de exercer atividades normais de trabalho, atestado por laudo médico); c) sexagenários; d) Fisicamente capazes.

Para estabelecer os critérios da emissão de licenças, ou seja, do termo de permissão de uso, existe em cada administração regional da prefeitura de São Paulo uma Comissão Permanente de Ambulantes – CPA. Essa comissão vai decidir, de acordo com a especificidade de sua região, as áreas de atuação do comércio ambulante, os produtos e serviços comercializados e tipos de equipamentos utilizados. A CPA é composta por cinco (5) membros de entidades representativas do comércio ambulante, cinco (5) membros de entidades representativas do comércio estabelecido, seis (6) representantes da sociedade civil ou movimentos populares, cinco (5) representantes da Administração Municipal.

Mesmo com todas as medidas tomadas pelo *aparelho de Estado* para controlar a atividade do ambulante, a atuação deste não consegue ser disciplinada às normativas impostas. Praticamente nenhuma das medidas tomadas para controlar o

número de ambulantes atuando nas ruas conseguiu atingir esse objetivo. O que realmente acontece é muito diferente do que é planejado. A atividade comercial nas ruas é uma constante que parece aumentar a cada dia, contrariando as iniciativas do poder público. Como foi dito anteriormente, estas iniciativas trabalham com a superficialidade dos dados, não buscam alternativas que atinjam a real dimensão desse acontecimento.

Muito mais do que tentativas de proibição são necessárias políticas públicas que promovam uma sociedade mais justa. Essa disputa que ocorre pelo espaço público é resultado também de uma disputa social e econômica, pois todos querem ter o direito à cidade.

Dessa forma, diante do planejamento imposto, que dita ao ambulante onde e quando ele pode atuar, o vendedor ambulante funciona como uma *máquina de guerra* e sai em busca de escapes para acontecer. Utilizando como referência o TPU, que é a forma de controle mais utilizada atualmente, cito como escapes a essa captura os “acordos paralelos”, ou seja, acordos extra-oficiais, que ocorrem tanto entre os ambulantes com os próprios fiscais da prefeitura (rapas), como ainda entre os ambulantes e os comerciantes do comércio formal. Esses acordos, que já foram citados anteriormente, são táticas encontradas pelos ambulantes para poder continuar atuando. A quantidade de TPU’s concedidas é extremamente menor que o número de ambulantes existentes e, por isso o termo de permissão de uso é uma alternativa pouco eficiente que parece não enxergar a real situação do comércio ambulante. Como a maioria deles não possui TPU para trabalhar, eles se utilizam dessas táticas. Seria utópico acreditar que sem licença eles iriam parar de trabalhar e o número de ambulantes seria reduzido.

Os rapas, mediante recebimento de propina, permitem a atuação daqueles que não possuem licença, corrompendo com as regras que o próprio *aparelho do Estado* impõe. Existem várias denúncias de esquema de propinas pagas por ambulantes para fiscais da prefeitura. Em 1999 chegou a ser instalada uma Comissão Parlamentar de Inquérito – CPI - que apontou o envolvimento de 28 funcionários públicos e um administrador regional. Essa CPI revelou que “os camelôs pagavam

R\$ 600,00 para instalar a banca, R\$ 80,00 por mês para guardar a mercadoria e R\$ 50,00 para serem avisados sobre as possíveis blitzes”.⁴¹

“Acabam sendo vítimas de um vasto esquema de corrupção existente nas administrações regionais, que arrecada altíssimas quantias de dinheiro com base na cobrança de propinas, e que tem grande interesse em mantê-los na ilegalidade para a extorsão de dinheiro. Esta mescla de fatores revela como, ainda que legitimados em parte pela crise econômica, um grupo informal como os camelôs – e sua contrapartida no poder público, o núcleo de corrupção das administrações regionais – opera dentro de uma certa “invisibilidade social” incompatível com o espírito público e democrático que devem pautar as relações sociais da vida urbana moderna.” (FRUGOLI, 1999: 159)

Além dessas medidas já instituídas em leis ao longo do tempo, é possível perceber, a partir de 2005, a adoção de uma política higienista por parte da prefeitura, na qual ocorre à expulsão de ambulantes de diversas regiões da cidade. Com essa política, além dos ambulantes, moradores de rua e catadores de papelão também são tratados como um mal a ser combatido, sendo vistos como causadores de desordem e sujeira, ameaçando o “bem estar” e o “correto” funcionamento da cidade. E, para ela tornar-se “limpa” e atratora de investimentos privados, tais entraves devem ser retirados e ter a sua atuação proibida.

Para melhor ilustrar essa política, mostro algumas reportagens divulgadas nos meios de comunicação durante os anos, de 2005 e 2006. Dentre elas está o fato de priorizar a rua enquanto espaço dos automóveis e não dos pedestres, visto que a presença dos ambulantes faz com que, algumas regiões, tenham suas ruas ocupadas tanto por ambulantes como por pedestres, os quais acabam atrapalhando a circulação de carros, como no caso da rua 25 de março.

41 CARDOZO, 2000. IN: Dossiê denúncia: Violações dos Direitos Humanos no centro de São Paulo | Fórum Centro Vivo.

Em muitos casos os ambulantes são obrigados a se retirar do local onde atuam e, saem tendo a promessa de retornar após reformas a serem realizadas pela prefeitura, as quais trariam benefícios ao local e conseqüentemente aos ambulantes. Na maioria dos casos, porém, após a reforma os ambulantes são proibidos de retornar, e como não possuem nenhum direito trabalhista, acabam não tendo subsídios para recorrer a este tipo de situação. Sendo assim, utilizam como forma de resistência a força do próprio corpo, e como alternativa retomam o lugar de trabalho e enfrentam o combate da polícia militar ou guarda civil, apesar de, quase sempre, continuarem a sair prejudicados.

Cenas de violência entre ambulantes e policiais são recorrentes na cidade, ultrapassando, em muitos casos, a apreensão de mercadorias e extrapolando para agressões físicas que já chegaram a resultar em mortes. Em fevereiro de 2006, duas mortes foram registradas na rua 25 de março, durante a apreensão de mercadorias irregulares por policiais⁴². Essas notícias, mesmo estando estampadas em jornais, não parecem engendrar iniciativas públicas que tentem combater essa ação.

Prefeitura tira camelôs e devolve rua de SP aos carros

http://ultimosegundo.ig.com.br/materias/brasil/2096501-2097000/2096828/2096828_1.xml

Agência Estado
09:08 30/08/05

O trecho da Rua 12 de Outubro, na Lapa, zona oeste da capital paulista, até agora ocupado por ambulantes, voltará em 20 dias a ser aberto ao tráfego de veículos. É só o tempo de serem concluídas as obras de revitalização da via e seu entorno. Os ambulantes legalizados foram instalados temporariamente em uma viela próxima.

As ações de limpeza e reparos na região começaram ontem, com o apoio de 120 guardas civis metropolitanos (GCMs), 18 equipes da Prefeitura e 30 servidores de fiscalização. Não houve resistência por parte dos ambulantes. Aqueles que possuíam o Termo de Permissão de Uso (TPU) - 667 deles - foram instalados temporariamente na viela entre as ruas Roma e Joaquim Machado e no estacionamento em frente ao Mercado da Lapa.

Para o subprefeito Paulo Magalhães Bressan, mais importante do que lavar ruas e limpar bueiros é recuperar a via pública, até então tomada pelos camelôs. "Assim que concluirmos o trabalho, a Rua 12 de Outubro volta a fazer parte do sistema viário de São Paulo".

Quanto aos ambulantes, Bressan garante que a idéia é valorizar os legalizados. "Eles serão recolocados nos locais previstos no TPU, onde inicialmente deveriam estar." A subprefeitura até negocia com o Sebrae cursos de empreendedorismo para eles.

Ontem, no estacionamento em frente ao Mercado da Lapa, os camelôs ainda não haviam decidido seus espaços. A área é pequena e cabem, em média, 200 bancas. Segundo o presidente do Sindicato da Economia Informal, Nilson Santos, com a ajuda da subprefeitura, os espaços serão remarcados hoje para o início do trabalho. Ele calcula queda de 80% nas vendas.

Camelôs não voltarão para Largo no Brás após obras

FOLHA DE SÃO PAULO 22/08/2006. Folha online
Rodrigo Rainho

A Prefeitura de São Paulo anunciou ontem que os ambulantes que trabalhavam no largo da Concórdia, no Brás, na região central, e foram transferidos para ruas próximas em janeiro passado, para a reforma da área, não poderão voltar ao local após a obra. Os camelôs estão revoltados. "Disseram que voltaria, por isso não resisti em sair. Agora dizem o contrário. É um absurdo. Vai ter briga", disse a ambulante Edna Gomes, 24. "Aqui eu vendo pouco. Se dependesse só desse ponto, não pagaria meu aluguel", afirmou.

A rua Saião Lobato, onde estão Edna e outros camelôs autorizados retirados do largo, tem menos movimento do que as vias ocupadas por vendedores irregulares. João Batista Correa, 60, estava desde 1978 no largo da Concórdia. "Sem a aposentadoria, não teria condições de me sustentar. Se não cumprirmos o prometido, vamos invadir [o largo]", ameaçou. Cerca de 4000 camelôs trabalham sem permissão nas ruas do Brás; outros 883 são autorizados, de acordo com números da prefeitura.

APENAS BANCAS

O Subprefeito da Mooca, Eduardo Odloak, 34, confirmou que os ambulantes não voltarão ao largo da Concórdia. De acordo com ele, a permanência no local será autorizada apenas para bancas de jornal, de frutas e de flores. "O modelo de shopping popular a céu aberto não existirá mais. Nunca disse que eles voltariam. Os direitos serão respeitados, fora do largo", afirmou Odloak. A reforma será concluída no final de setembro, segundo o subprefeito.

42 Folha online. 09 de fevereiro de 2006. <http://folhaonline.com.br>

A Prefeitura de São Paulo vem promovendo cenas de violência e perseguição aos trabalhadores e às trabalhadoras ambulantes.

(CMI na Rua n. 15,
<http://www.midiaindependente.org/pt/2005/09/329689.shtml>, 15/09/2005)

O trabalho informal mostra-se como uma das únicas alternativas aos trabalhadores expulsos do mercado de trabalho. Em São Paulo, onde milhares de pessoas estão sem emprego e sem perspectivas de encontrar um, essa questão já é antiga. Segundo o sindicato da categoria, 8 mil ambulantes trabalham na região central da cidade. Os políticos, incapazes de cumprir as atribuições delegadas pelo povo, como garantir o direito ao trabalho, executam uma única política: a perseguição e proibição do trabalho informal.

A repressão intensificou-se no centro da cidade a partir de abril de 2005, apesar de reunião entre o subprefeito da Sé, Andréa Matarazzo, e os trabalhadores. Neste mês, operações apreenderam mercadorias e recolheram barracas na região da Rua 25 de março e no Terminal Barra Funda.

Em maio, as operações passaram a acontecer também à noite. Ambulantes, guardas-civis e policiais militares se enfrentaram por diversas vezes na região da praça da República. Mesmo com as recomendações da Secretaria de Segurança de que policiais não devem empunhar armas de fogo em manifestações populares, tiros foram disparados e foram usadas bombas de efeito moral, de gás lacrimogêneo e de pimenta. Os camelôs revidaram à truculência e à violência policial e foram brutalmente agredidos. Um trabalhador foi espancado por cerca de dez guardas civis, que só interromperam o massacre quando a PM interveio. Em agosto, a subprefeitura da Mooca destruiu as ligações de energia e apreendeu centenas de barracas do largo da Concórdia, no Brás. Ainda em agosto, camelôs da rua 12 de Outubro, na Lapa, foram impedidos de trabalhar. Nas duas regiões, houve

protestos. A Associação Paulista Viva – que reúne comerciantes, empresários e moradores da região da avenida Paulista – encaminhou à prefeitura pedido de fiscalização do comércio ambulante na avenida, principalmente dos camelôs que vendem yakissoba. Apesar de todos os confrontos e protestos dos trabalhadores, a prefeitura afirmou que irá ampliar as operações no centro da cidade. Utilizando argumentos como o combate à pirataria e a valorização da paisagem da cidade, a prefeitura, mais uma vez, demonstra seu compromisso com o capital, as corporações produtoras e distribuidoras de mercadorias e com a elite, e confirma seu desprezo àqueles que lutam pela sobrevivência, massacrando-os dia a dia. A perseguição aos trabalhadores ambulantes faz parte do projeto em curso de “revitalização” do centro de São Paulo. Financiado por recursos do BID, o projeto vem sendo anunciado com estardalhaço pela mídia corporativa, que escamoteia a violência, o caráter sanitário e as ilegalidades cometidas durante o processo – como o recolhimento de crianças das ruas sem o acompanhamento de assistentes sociais.

Serra retira 1800 camelôs na zona oeste, mas encontra resistência dos trabalhadores

Prefeitura de Serra retira 1800 de vendedores ambulantes (camelôs) da região da Rua 12 de Outubro na Lapa. Cerca 500 camelôs entraram em confronto com Guarda Civil Metropolitana

http://www.pco.org.br/conoticias/nacional_2005/15out_serra.htm
 15 de outubro de 2005

Na última quinta-feira, cerca de 500 camelôs entraram em confronto com a Guarda Civil Metropolitana na região da Rua 12 de Outubro, na Lapa, zona oeste, e apedrejaram o prédio da subprefeitura, onde onze camelôs foram presos. A operação da Prefeitura para a retirada dos ambulantes conta com um efetivo de 120 guardas-civis e 30 fiscais. O protesto ocorreu porque ambulantes, mesmo os que têm o Termo de Permissão de Uso (TPU), estão sendo removidos desde agosto, por conta de um “projeto de revitalização” da 12 de Outubro. Ela é a principal via de um centro comercial com nove ruas, onde trabalham mais de 1.800 camelôs. Quem tem TPU precisa pagar cerca de R\$ 400,00 por ano à Prefeitura.

Desde o início da manhã desta quinta-feira, 500 camelôs com faixas de protesto fizeram passeatas, apitaços e impediram o funcionamento das lojas da 12 de Outubro e da Rua Cincinato Pompeu. Às 11 horas, a Subprefeitura da Lapa foi apedrejada por cerca de 100 ambulantes. Além da prisão de onze trabalhadores, o subprefeito, Paulo Magalhães Bressan, disse que câmeras do circuito fechado de TV flagraram a depredação, o que pode permitir a identificação de alguns dos envolvidos, para que sejam efetuadas mais prisões.

A subprefeitura quer obrigar camelôs da região a obedecer a distância entre as barracas prevista em lei, de 15 metros lineares. E proibiu que eles trabalhem diante de farmácias, prontos-socorros e bancos.

“É muita barraca para pouca distância. Não vamos desistir”, disse Nilson Santos, do Sindicato da Economia Informal.

A Prefeitura vai priorizar o combate aos camelôs em outros seis pontos: Largo da Concórdia, no Brás; Praça 8 de Setembro, na Penha; Rua Serra Dourada, em São Miguel Paulista; Largo 13 de Maio, em Santo Amaro; Rua Voluntários da Pátria, em Santana; e Rua 25 de Março, no centro.

Serra recorre à polícia porque não pode controlar politicamente os trabalhadores. A ordem da prefeitura de Serra às subprefeituras é de recolher o material dos trabalhadores ambulantes e utilizar-se da força necessária para manter o lucro dos lojistas, onde na região da Paulista estão representados pelas grandes lojas e multinacionais, que mantém com a prefeitura um pacto econômico em troca da segurança. O já impopular governo Serra, repetindo o que já aconteceu com o governo antipopular de Marta e do PT, arrebanhou uma grande oposição política, principalmente entre os trabalhadores informais como os perueiros e os trabalhadores ambulantes. A prefeitura de Serra politicamente inexpressiva e sem nenhuma força política diante dos trabalhadores procura tratar o movimento operário como caso de polícia, recorrendo aos métodos mais truculentos, pois não dispõe de nenhum meio para controlar politicamente os trabalhadores, para tentar conter uma crise de mandato quase que insustentável. A crescente movimentação de um dos setores mais explorados da população, como é o caso dos camelôs, demonstra além do profundo descontentamento com relação aos governos politicamente falidos, um avanço no sentido de uma organização classista e independente que se constrói no dia-a-dia entre os trabalhadores.

Enquanto pessoas sofrem atos de violência à preocupação do poder público parece estar voltada para outras questões, que julga mais importantes, como por exemplo, a instalação de câmeras para monitorar as ruas da cidade. Com o argumento de promover maior segurança à população, algumas câmeras já foram instaladas na região central e, o projeto visa ampliar a área de monitoramento para outras regiões.

Novo sistema irá criar o "rapa eletrônico"

São Paulo, quarta-feira, 15 de novembro de 2006

FOLHA DE S. PAULO **cotidiano**

DA REPORTAGEM LOCAL

<http://www1.folha.uol.com.br/fsp/cotidian/ff1511200634.htm>

Subprefeitos querem utilizar a instalação de câmeras para coibir o comércio de ambulantes em vias da capital paulista

Secretário da Assistência Social, Floriano Pesaro, diz que câmeras também vão agilizar o atendimento aos moradores de rua. Um dos principais objetivos dos subprefeitos com a expansão das câmeras de monitoramento nos bairros é controlar a presença de camelôs irregulares, como um "rapa eletrônico". "É muito mais eficiente do que uma operação que mobiliza muitos homens. Já fizemos dezenas de operações de controle do comércio informal, mas volta tudo", afirma Eduardo Odloak, subprefeito da Mooca, uma das que já formalizaram seu interesse pelo projeto.

Ele planeja esse monitoramento no largo da Concórdia e na rua Oriente, onde há também concentração de furtos. "Hoje é como enxugar gelo. Depois de 15 minutos os camelôs retornam. Com as câmeras, fica mais fácil até identificar as lideranças", diz Luiz Antonio Pacheco, que planeja instalar os equipamentos no perímetro da Cruzeiro do Sul, Voluntários da Pátria e Olavo Egídio, além do parque da Juventude. Um dos impasses em relação à expansão do sistema nos bairros abrange os conflitos de interesse. A prefeitura planeja fazer esse monitoramento com a ajuda privada. Os principais interessados em financiar, porém, são justamente os comerciantes que querem a retirada dos camelôs. "Vai ter que ser do jeito e onde a prefeitura determinar, e não como eles querem", diz Odloak, da Mooca. A Subprefeitura de Cidade Ademar também cita os aparelhos para inibir ações de assalto ou comércio irregular, como na praça Coronel Benedito de Castro Oliveira. Na Lapa, a intenção é semelhante, segundo a Guarda Civil Metropolitana, assim como em Perus, onde a subprefeita Ana Leonor Alonso definiu as proximidades da estação de trem como prioritária para ter esse monitoramento.

O subprefeito da Vila Mariana, Fábio Lepique, afirma que as câmeras são uma reivindicação de comerciantes e moradores desde que ele assumiu a função, no primeiro semestre. Ele elencou entre os alvos do monitoramento eletrônico as avenidas Bernardino de Campos, Vergueiro, Domingos de Moraes e Jabaquara, por conta de furtos, roubos e controle do comércio ambulante.

Em São Mateus, a subprefeitura pretende a instalar câmeras na avenida Mateo Bei, também com vistas ao "rapa eletrônico" e combate a furtos.

Na Penha, Waldir Alves da Silva, assessor do subprefeito, diz que, das seis câmeras previstas, só duas vão ser em áreas centrais -uma delas nas imediações do Shopping Penha.

As outras quatro, planejadas para a avenida Carvalho Pinto, visam aumentar a sensação de segurança na pista de caminhada que recebe 5.000 pessoas aos finais de semana.

Com essa iniciativa a prefeitura pretende também controlar a atuação dos ambulantes e moradores de rua. Com o sistema de câmeras espalhadas pelas ruas, passa a existir o "rapa eletrônico", que pretende ser mais eficiente que a ação dos fiscais nas ruas, visto que, os ambulantes, mesmo quando expulsos de um local, conseguem voltar rapidamente após a saída dos rapas. Com a ajuda das câmeras esse movimento dos ambulantes será mais facilmente controlado.

A idéia desse novo tipo de monitoramento, tem grande apoio da iniciativa privada, que acredita que a instalação de câmeras nas ruas trará maior segurança para o centro. Assim como o *aparelho de Estado* tenta regular e controlar a atuação do comércio ambulante, existem também iniciativas por parte do poder privado, ou seja, daqueles que se sentem ameaçados ou prejudicados pela ação dos ambulantes. Nesse estudo foi utilizada com exemplo a ação da Associação Viva o Centro e a Associação Paulista Viva que, funcionam como *aparelhos de captura*,

cada qual reunindo, de forma organizada, proprietários de imóveis, empresários e comerciantes, que consideram, os vendedores ambulantes, os moradores de rua, e os catadores de papel, como "atores sociais problemáticos" que impedem o "progresso" da cidade. E para tanto, possuem projetos que visam restringir, disciplinar e até mesmo retirá-los da vida metropolitana.

Para ilustrar melhor o ponto de vista dessas associações, exponho um trecho do documento: “O comércio dos camelôs no centro”⁴³, produzido pela Viva o Centro. Nele está relatado qual é o significado do comércio ambulante para essa associação:

“Como é hoje exercido em toda a cidade, o comércio dos camelôs significa: 1. Privatização dos espaços públicos e degradação dos espaços coletivos, da ordem e da paisagem urbana; 2. Geração de deseconomias e pauperização; 3. Perdas de receitas públicas; 4. Agravamento do desemprego, ao causar a redução do faturamento do comércio estabelecido; 5. Retrocesso social caracterizado pela hiperexploração do assalariado; 6. Agravamento dos problemas de segurança pública; 7. Reforço do processo de exclusão e compartimentação sócio-espacial da cidade, ao expulsar para bairros segregados e shopping centers o comércio tradicional; 8. Retrocesso em relação aos direitos do consumidor, impossibilita a aplicação da lei.” A partir dessas considerações sugerem como solução: “1. Que a Secretaria Municipal de Planejamento definam os logradouros públicos nos quais, em razão de sua relevância histórica, cultural, econômica ou social, não será permitida, em nenhuma hipótese, a atividade de comércio ambulante”, e reconheçam, de uma vez por todas, os distritos Sé e República como área imprópria a essa atividade; 2. Que a municipalidade, para abrigar os 769 permissionários autorizados a atuar nesses dois distritos, instale um ou dois Centros Populares de Compras que, nos moldes dos mercados municipais, funcionariam em terrenos ou prédios que a Prefeitura já disponha, adquira ou alugue com essa finalidade”.

É possível perceber, claramente que, trata-se de uma associação que pretende a expulsão das camadas populares do centro para uma recuperação deste enquanto espaço da elite, propondo uma revitalização excludente. Tanto poder público quanto o poder privado, portanto, parecem atuar de forma a não enxergar o que realmente acontece nas avenidas das cidades. Ainda assim, os acontecimentos urbanos, mesmo com todas as reviravoltas que lhes são impostas, conseguem escapar e acontecer, assegurando a existência da cidade enquanto lugar de diversidade e da alteridade. E, embora muitas vezes necessitem se enquadrar aos moldes prescritos, tais como a organização temporal e espacial, eles permanecem heterogêneos aos sistemas em que escapam. Transformam os espaços instituídos pelo *aparelho de*

43 “O comércio dos camelôs no Centro”. Disponível em: www.vivaocentro.com.br

Estado, ou seja os espaços estriados, em espaços de *máquinas de guerra*. As *máquinas de guerra* possuem uma “potência de metamorfose”, pela qual elas certamente se fazem capturar pelos Estados, mas pela qual também elas resistem a essa captura e renascem sob outras formas.

VI. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Foi possível constatar, ao longo da pesquisa, que os acontecimentos urbanos assumem uma considerável dimensão dentro dos espaços públicos das cidades. Por esse motivo, enxergá-los com um olhar mais atento faz-se fundamental para entender os processos de transformação das cidades. E, sobretudo, para avaliar o planejamento urbano que vem sendo produzido, colocando em questão a prática da arquitetura e do urbanismo. Tal questionamento é importante porque, muitas vezes, os lugares projetados são rejeitados pelos usuários que vão em busca de conquistar outros lugares, às vezes inesperados, para apropriarem-se deles da forma que lhes convém. Carlos Nelson Ferreira dos Santos, no livro “Quando a Rua vira Casa” coloca uma questão muito interessante sobre esse assunto:

“a maioria da população que não tem tido outra alternativa senão aceitar as imposições, acaba por criar mecanismos de defesa e superação, revertendo os significados dos espaços que lhe são impingidos. Criam às vezes com muita dificuldade e desgaste, ordens próprias que ultrapassam as ordens simplistas e abstratas dos planejadores. Então se estes planejadores sabem pouco sobre os usuários que pretendem atingir, passam a saber menos ainda sobre os efeitos “distorcidos” de suas intervenções.” (SANTOS, 1985: 12)

Os acontecimentos urbanos nos mostram que a sociedade acaba por achar alternativas, algumas até muito interessantes, para atender as suas necessidades e desejos. Quando encontra os escapes elabora, com táticas adquiridas pela sua própria vivência, formas de apropriação do espaço que dificilmente seriam imaginadas pelos planejadores.

Problematizar e analisar o acontecimento urbano, portanto, não significa dizer que ele seja um problema. Ao contrário, é exatamente o fato de ele se manifestar como uma ruptura ao que nos é colocado como convencional que desperta o interesse

pelo seu estudo. Possibilitando, um outro olhar sobre a cidade e sua interação e relação com os modos de vida.

“O modo do acontecimento é o problemático. Não se deve dizer que há acontecimentos problemáticos, mas que os acontecimentos concernem exclusivamente aos problemas e definem suas condições. (...) O acontecimento por si mesmo é problemático e problematizante. Um problema, com efeito, não é determinado senão pelos pontos singulares que exprimem suas condições. Não dizemos que, por isto, o problema é resolvido: ao contrário, ele é determinado como problema”. (DELEUZE, 1974:57)

Portanto, parece ser necessário produzir outras formas de se pensar o espaço urbano. Não se trata de uma nova fórmula de projetar e sim uma outra postura e um outro olhar sobre a cidade. Observar a dinâmica de seus acontecimentos pode ser um início para essa mudança, para tanto, é preciso buscar junto às ciências humanas outras formas de leitura e mapeamento das cidades, e tentar cartografar os movimentos, os fluxos, as subjetividades e os acontecimentos que envolvem as cidades, com o objetivo de chegar a um pensar urbanístico afinado com as dinâmicas atuais.

Levar em consideração as formas de apropriação que a própria sociedade vem inventando pode nos mostrar que é necessária a sua participação cada vez mais ativa na conformação de espaços. E assim, tentar visualizar as peças que engendram a “máquina” arquitetural, sabendo que essas peças, enquanto produtoras de subjetividade, não formam uma estrutura rígida. Exercer o papel do cartógrafo que, na definição de Suely Rolnik⁴⁴, é antes de tudo um antropófago: “Dar língua aos afetos que pedem passagem”, buscar expressões, sentidos, alimentar a cartografia, pois os arquitetos e urbanistas exercem um papel importante na construção das cidades e conseqüentemente na produção afetiva e no comportamento social das pessoas que nela habitam. São também responsáveis

44 ROLNIK, 1989.

pelo surgimento de cidades angustiantes, velozes, que não proporcionam o contato, onde a multidão é nada mais que a soma de todas as solidões.

Essas formas de apropriação da cidade lutam contra o *aparelho de Estado*, são verdadeiras *máquinas de guerra* em busca do seu direito à cidade. Trata-se, portanto, de uma questão muito mais profunda do que a simples discussão entre retirar ou não, proibir ou não, remanejar ou não, como tem feito o poder público. São necessárias políticas públicas com um verdadeiro comprometimento social, pensando em uma cidade onde há espaços para todos. A intenção não é extinguir os conflitos, mas nivelar a disputa. *Máquinas de guerra* e *aparelhos de captura* precisam sempre existir porque é a coexistência desses dois elementos, disputando e reagindo, que faz surgir outras formas de atuar, de apropriar, de circular, de agir. E dessa forma se mantém a constante reinvenção dos espaços e do cotidiano das cidades.

Diante da crítica ao planejamento, não se pode deixar de levar em consideração algumas iniciativas com intenções mais aprofundadas, que possuem uma visão mais ampliada sobre a cidade como, por exemplo, a implementação do Estatuto da Cidade. Ele reúne instrumentos de política pública para racionalizar a estrutura fundiária e urbana dos municípios brasileiros e, para tanto, utiliza mecanismos que visam a desapropriação de propriedades públicas e privadas, a regularização fundiária, a aplicação do Imposto Predial e Territorial Urbano (IPTU) progressivo e o tombamento de imóveis para garantir a função social da cidade. Dessa forma, pretende retirar as propriedades urbanas da dinâmica de especulação imobiliária.

Outro fator importante é a crescente participação da sociedade na discussão de propostas para a cidade, o que pode significar um grande avanço para a implantação de projetos de maior aceitação, apesar desse processo participativo ainda ter muito que avançar democraticamente.

Essas iniciativas, ainda são recentes, e precisam de tempo para conseguir romper com a estrutura urbanística já consolidada. O problema é que, em paralelo com a implementação desse tipo de políticas públicas, ainda ocorrem dentro do *aparelho de Estado*, atitudes retrogradadas que fazem pouco sentido. Como, por exemplo, a

implantação de rampas antimendigos na avenida Paulista. Além de outras atitudes em relação aos ambulantes, com mostrado anteriormente.

**Avenida Paulista terá rampa
"antimendigo"**

Sexta, 23 de setembro de 2005, 07h15 Folha online

A prefeitura de São Paulo começou a instalar nesta semana rampas de concreto "antimorador de rua" em uma das extremidades da avenida Paulista, na passagem subterrânea que leva à Doutor Arnaldo. O piso será chapiscado, tornando-o mais áspero e incômodo para quem tentar dormir no local. Uma das rampas que teve a construção iniciada, no lado direito de quem segue para a Doutor Arnaldo, tem cerca de 14 metros de extensão até agora, mas deve ficar ainda maior para ocupar todo o espaço antes do ponto em que a calçada se afunila. Segundo o jornal Folha de S.Paulo, a prefeitura espera terminar a obra nesse lado hoje e, então, começará a construção no lado oposto da passagem.

De acordo com os moradores de rua da região, um grupo de 30 pessoas vive na passagem subterrânea. Eles têm quartos improvisados com madeira, cobertores e vassouras e fogões feitos com pedra.

Essas intervenções mostram uma visão distanciada da realidade e deixam clara a implantação de uma política higienista e excludente, que procura privilegiar alguns espaços da cidade para torná-los *slogan* de uma bela cidade disfarçada.

Dessa forma, é possível concluir que a partir do que é planejado e do que realmente acontece, mesmo com as poucas "boas intenções", falta muito para se aprender a lidar com situações que escapam ao que está planejado para as cidades. E, cada vez mais, é preciso evitar intervenções proibitivas e

limitadoras. Talvez, o *aparelho de Estado* precise aprender a ser um pouco *máquina de guerra* e tirar proveito das situações que lhe são colocadas pelos acontecimentos urbanos. Aprender a elaborar táticas e encontrar escapes diante dos desafios que a cidade lhe coloca.

Não se trata, em hipótese alguma, em dizer que a cidade não precisa de planejamento ou planos de intervenção, mas que é preciso chamar a atenção para outras formas de intervenção. Talvez, seja preciso não concentrar tudo nas mãos do Estado que acaba sendo o único responsável por essa atividade. E, além disso, prestar atenção nas formas de apropriação e intervenção com que a própria sociedade vem atuando. Porque isso pode nos mostrar que ela tem capacidade e deve assumir responsabilidade dentro do processo de construção urbana. Iniciativas isoladas ou de comunidades organizadas já têm mostrado soluções criativas, e como indicação de possíveis caminhos para a superação de problemas. Associações de moradores, organizações de sem-teto e outros grupos sob a forma de ativismos sociais têm mostrado planejamentos alternativos ao planejamento oficial e conservador.

Torna-se necessário, para tanto, não somente a participação da sociedade na construção das cidades, mas o seu comprometimento como agente responsável, envolvido na criação e na busca de soluções para a melhoria das cidades. Não se trata de um planejamento participativo, onde a sociedade é convidada a participar das discussões, ela deve ser um elemento que atua junto com o *aparelho de Estado* e vai ser responsável pelo espaço em que vive, reforçando, dessa forma, o seu papel de *máquina de guerra*.

Portanto, trata-se de um trabalho em conjunto: *aparelho de estado* e sociedade civil organizada, onde ambos assumem papéis relevantes, sendo cada qual, responsável na fiscalização das atividades do outro. Trata-se, pois, de uma rede complexa, onde todas as partes devem estar cientes do seu papel ao longo do processo, desde a elaboração até a efetivação do projeto. É um trabalho difícil, pois trabalhar em conjunto nem sempre é uma saída fácil, aparentemente parece muito mais fácil o poder público atuar sozinho e impor seus projetos a população, porém, os resultados obtidos, na maioria das vezes, acabam não alcançando os objetivos esperados. Por isso, a população como uma *máquina de guerra*, precisa cada vez mais atuar e interferir nas decisões do Estado, aumentando sua visibilidade pública e capacidade de mobilização e, principalmente, participando ativamente do planejamento do espaço em que vive.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BAUDELAIRE, Charles. **Os Paraísos Artificiais**. Porto Alegre, RS: L&PM Editores Ltda, 1982.
- BENJAMIN, Walter. **Obras Escolhidas III**: Charles Baudelaire, um lírico no auge do capitalismo. São Paulo: Editora Brasiliense, 2ª ed., 1991.
- BERMAN, Marshall. **Tudo que é Sólido se Desmancha no Ar**. São Paulo: Cia das letras, 1986.
- CAIAFA, Janice. **Nosso século XXI**: Notas sobre Arte, Técnica e Poderes. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2000.
- CALVINO, Ítalo. **As Cidades Invisíveis**. São Paulo: Companhia das letras, 1990.
- CARDOSO, Irene De A. Ribeiro. **Foucault e a Noção de Acontecimento**. Tempo Social; Revista de Sociologia. USP, São Paulo, 7 (1-2): 53-66, out.1995.
- CERTEAU, Michel. **A Invenção do Cotidiano**: 1. Artes de Fazer. 6ª ed. Petrópolis, RJ: Editora Vozes, 1994.
- COSTA, Elizabeth Goldfarb. **Anel, Cordão, perfume barato**: uma leitura do espaço do comércio ambulante na cidade de SP. São Paulo: Nova Stella/ EDUSP, 1989.
- DELEUZE, Gilles. **Lógica do Sentido**. São Paulo: Perspectiva, 1974. 342p. (Estudos, 35). Original em francês: Logique du sens. Paris: Minuit, 1969.
- DELEUZE, Gilles; GUATTARI, Felix. **Mil Platôs**: capitalismo e esquizofrenia. Vol 1. São Paulo: Editora 34, 1995. Original em francês: Mille Plateaux:capitalisme e schizophrénie. Paris: Minuit, 1980.
- _____. **Mil Platôs**: capitalismo e esquizofrenia. Vol 5. São Paulo: Editora 34, 1997. Original em francês: Mille Plateaux:capitalisme e schizophrénie. Paris: Minuit, 1980.
- _____. **O que é Filosofia**. 2ª ed. Rio de Janeiro: Editora 34, 2001.
- FOUCAULT, Michel. **Microfísica do Poder**. Roberto Machado (Org.). Rio de Janeiro: Edições Graal, 1979.
- _____. Nietzsche, Freud e Marx. Theatrum Philosophicum. 4ª ed. São Paulo: Editora Princípio, 1987. Original em francês: Nietzsche, Freud et Marx. Theatrum Philosophicum. Paris: Minut, 1975.

FRUGOLI, Heitor Jr. A questão dos camelôs no contexto da revitalização do centro da metrópole de São Paulo. IN: Souza, Maria A. A. (et al). **Metrópole e Globalização**: conhecendo a cidade de São Paulo. São Paulo: CEDESP, 1999. Cap. 11.

_____. **São Paulo: Espaço Público e Interação Social**. São Paulo: Marco Zero, 1995.

_____. **Centralidade em São Paulo**: Trajetórias, conflitos e negociações na metrópole. São Paulo: Cortez: EDUSP, 2000.

GUATTARI, Felix; ROLNIK, Suely. **Micropolítica**: Cartografia do Desejo. Petrópolis, RJ: Ed. Vozes, 1986.

GUATTARI, Felix. **Caosmose**: um novo paradigma estético. Rio de Janeiro: Ed. 34, 1992.

GUERREIRO, A. A. D. **Pop Center do Brás**: de comerciantes de rua a estabelecidos no comércio popular. São Paulo: Pontifícia Universidade Católica de São Paulo – PUC, Dissertação de Mestrado em Serviço Social, 2000.

JACQUES, Paola Berenstein. **Estética da Ginga**. Rio de Janeiro: Casa da Palavra, 2001.

_____. **Apologia da Deriva**. Rio de Janeiro: Casa da Palavra, 2003.

MAGNANI, José G. Cantor. **Festa no Pedaco**: Cultura Popular e Lazer na cidade. São Paulo: Ed. Brasiliense, 1984.

_____. **A Rua e a Evolução da Sociabilidade**. IN: Cadernos de História de São Paulo 2, Museu Paulista – USP, jan/dez 1993.

_____. **Na Metrópole**: Textos de Antropologia Urbana. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo; Fapesp, 200.

MARICATO, Ermínia. **Metrópole na Periferia do Capitalismo**: Ilegalidade, Desigualdade e Violência. São Paulo: Ed. Hucitec, Estudos Urbanos, Série Arte e Vida Urbana, 1996.

ROLNIK, Suely. **Cartografia Sentimental**: transformações contemporâneas do desejo. São Paulo: Ed. Estação Liberdade, 1989.

SANTOS, Carlos Nelson F. dos (coord). **Quando a Rua Vira Casa**: A Apropriação de Espaços de Uso Coletivo em um Centro de Bairro. 3ª ed. São Paulo: Projeto, 1985.

SANTOS, Milton. **O espaço dividido**: os dois circuitos da economia urbana dos países subdesenvolvidos. 2. ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2004.

SOUZA, Marcelo L. e RODRIGUES, Glauco B. **Planejamento Urbano e ativismos sociais**. São Paulo: UNESP, 2004.

TABACHI, Letícia. **Para quem quer ver: Um ensaio sobre arquitetura e subjetividade**. Trabalho Final de Graduação. Vitória, Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade Federal do ES, 2002.

VILAS NOVAS, Graziela D. Bawen. **Em processo: A condição da cidade contemporânea**. Trabalho Final de Graduação. Vitória, Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade Federal do ES, 2004.

ZOURABICHVILI, François. **O Vocabulário de Deleuze**. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2004. 125p. (Conexões; 24)

Material da WEB

Associação Paulista Viva. Disponível em: <<http://www.paulistaviva.com.br>>. Acesso em 01 de outubro de 2006.

Associação Viva o Centro. O comércio dos Camelôs no Centro. Disponível em: <<http://www.vivaocentro.org.br>>. Acesso em: 29 de março de 2006.

CARROLL, Lewis. Disponível em: <<http://www.vidaslusofonas.pt/>> Acesso em: 22 de novembro de 2005.

Diário do comércio. Do mercado oriental a resumo do Brasil. Disponível em: <<http://www.dcomercio.com.br/especiais/25marco/mercado.htm>>. Acessado em: 06 de março de 2006.

Dossiê denúncia: Violações dos Direitos Humanos no centro de São Paulo | Fórum Centro Vivo. Disponível em: <<http://www.polis.org.br/publicacoes>>. Acesso em 27 de setembro de 2006.

GNONI, Antonio. Guiles Deleuze 10 anos depois da sua morte. IHU online. Edição nº163, Ano: 2005. Disponível em: <http://www.unisinos.br/ihu_online> Acesso em: 17 de novembro de 2005.

Instituto Polis. Regulamentação do Comércio Informal, Boletim Dicas N° 72, Ano 1996, Cássio Luiz de França e Rafael Oliva Augusto. Disponível em: <http://www.polis.org.br/publicacoes/dicas/dicas_interna.asp?codigo=214>. Acesso em 26 de junho de 2006.

Jornal o Globo. Rua 25 de março comemora 112 anos faturando 8 bi por ano. Disponível em : <<http://oglobo.globo.com/online>>. Acesso em: 06 de março de 2006.

MARCONDES FILHO, Ciro. O conceito de acontecimento em Heidegger. Revista Eletrônica do Núcleo José Reis de Divulgação Científica - PTDC / CNPq. Ano 6, nº21, Ano: 2004. Disponível em: <<http://www.eca.usp.br/nucleos/njr/espisal/ciberia21.htm>> Acesso em 22 de novembro de 2005.

Prefeitura Municipal de São Paulo. Disponível em: <<http://www.capital.sp.gov.br>>. Acesso em: 02 de junho de 2006.

ÍNDICE DE FIGURAS

Figura 1 – Homem propaganda. Av. Paulista Exemplo de espacialização pelo próprio corpo. Foto: Autora

Figura 2 - Vendedor ambulante. Av. Paulista. Exemplo de espacialização por elementos já existentes no espaço. Foto: Leonardo dos Santos.

Figura 3 – Parada GLS. Av. Paulista. Exemplo de grande impacto no entorno. Foto: Leonardo dos Santos

Figura 4 – Estátua Viva. Praça do Patriarca, Centro. Exemplo de pequeno impacto no entorno. Foto: Autora

Figura 5 – Ambulantes na Av. Paulista, esquina com a rua Manoel da Nóbrega. Av. Paulista. Exemplo de pequeno impacto no entorno. Foto: Autora

Figura 6 – Utilização de pequenas bancas para vender as Mercadorias. Truque do Siri. Metrô Trianon-Masp, Av. Paulista. Exemplo do grupo A. Foto: Leonardo dos Santos.

Figura 7 – Mercadorias expostas sobre lona no chão. Truque do pára-quedas. Av. Paulista esquina com a rua Pamplona. Exemplo do grupo A. Foto: Leonardo dos Santos.

Figura 8. Movimentação na Ladeira São Bento. Rumo à rua 25 de Março. Macro acontecimento. Exemplo de macro acontecimento. Foto: Autora.

Figura 9. Ambulante no metrô Trian-Masp. Av. Paulista. Exemplo de micro acontecimento. Foto: Leonardo dos Santos.

Figura 10. Estátua Viva em frente ao Conjunto Nacional na Av. Paulista. Exemplo do grupo de B. Foto: Autora.

Figura 11. Passeata contra corrupção. Av. Paulista. Exemplo do grupo de B. Foto: Leonardo dos Santos.

Figura 12. Parada GLS. Av. Paulista. Exemplo do grupo de B. Foto: Leonardo dos Santos.

Figura 13. Catador de material reciclável. Av. Paulista. Exemplo do grupo C. Foto: Leonardo dos Santos.

Figura 14. Representação esquemática da expansão sudoeste da centralidade.

Figura 15. Representação esquemática da ocupação dos ambulantes nas três localidades.

Figura 16. Ambulantes que inicialmente trabalhavam na Av. Brig. Luis Antonio já avançam para a Paulista. Foto: Autora

Figura 17. Vendedor de cofrinhos. Rua Padre João Manuel, esquina com a Av. Paulista. Foto: Autora

Figura 18. Mapa das manchas de ocupação por ambulantes. Av. Paulista. Desenho: Autora.

Figura 19. Venda de quadros e artesanato. Av. Paulista. Foto: Leonardo dos Santos.

Figura 20. Venda de quadros. Av. Paulista. Foto: Leonardo dos Santos.

Figura 21. Apropriação de gradil para expor a mercadoria. Av. Paulista. Foto: Leonardo dos Santos.

Figura 22. Apropriação do chão para expor a mercadoria. Av. Paulista. Foto: Leonardo dos Santos.

Figura 23. Apropriação do canteiro para expor a mercadoria. Av. Paulista. Foto: Leonardo dos Santos.

Figura 24. Apropriação do chão e da parede do edifício para expor a mercadoria. Av. Paulista. Foto: Leonardo dos Santos.

Figura 25. Kombi de Hot Dog. Alameda Casa Branca, esquina com a Av. Paulista. Foto: Leonardo dos Santos.

Figura 26. Ambulantes na rua 25 de março. Pedestres precisam caminhar pela rua. Foto: Autora

Figura 27. Ambulantes na rua 25 de março. Foto: Autora

Figura 28. Matéria do jornal. Depósito na 25 de março. Foto: Autora

Figura 29. Matéria do jornal. Apreensão de mercadorias em depósito na 25 de março. Foto: Autora

Figura 30. Venda de alimentos e acessórios na Av. Berrini. Foto: Autora

Figura 31. Ambulante na esquina da Av. Berrini. Foto: Autora

Figura 32. Ambulante na esquina da Av. Berrini, Venda de roupas e Acessórios. Foto: Autora

Figura 33. Ambulante na esquina da Av. Berrini. Venda de sapatos e Botas Utilizando como suporte o carro. Foto: Autora.